



Seção de Gestão
da Acessibilidade
e Inclusão

Relatório de ações de engajamento

em acessibilidade e inclusão

2025



Tribunal Regional Eleitoral
de São Paulo

Administração do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo

José Antonio Encinas Manfré

Desembargador Presidente

Roberto Maia Filho

Desembargador Vice-Presidente e
Corregedor Regional Eleitoral

Renato de Andrade Siqueira

Juiz Assessor da Presidência

André Luiz Pavim

Diretor-Geral

Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão - CPAI 2025

Dra. Fernanda Mendes Simões Colombini

Juíza Assessora da Presidência e Presidente da Comissão

Claucio Cristiano Abreu Corrêa

Diretor-Geral

Balbino Carvalho Rocha

Representante da Secretaria da Corregedoria Regional Eleitoral
de São Paulo - CRE-SEC

Gabriela Aparecida Fabre Augusto

Chefe da Seção de Gestão da Acessibilidade e Inclusão -
SEACCESS

Fabio Mauricio Lima Marino

Chefe da Seção de Gestão da Sustentabilidade - SESUST

José Leonardo Pereira Menoncin

Chefe da Seção de Gestão da Inovação - SEINOVA

Mariucha Lourenço Santos de Souza

Coordenadora de Gestão da Acessibilidade, Inovação e
Sustentabilidade - COAIS

Regina Rufino

Secretária de Planejamento Estratégico e de Eleições - SEPLAN

Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão - CPAI 2025

Marcelo Lessi de Mello

Representante da Secretaria de Comunicação Social - SECOM

Marilu de Barros Medeiros Mesquita

Representante da Secretaria de Gestão de Pessoas - SGP

Adriana Takaoka Yamamoto

Representante da Secretaria de Gestão de Serviços - SGS

Marcel Pigozzi Saraiva

Representante da Secretaria de Tecnologia da Informação - STI

Livia Helena Zancope Cardoso Guiselin

Secretária de Gestão da Informação e Documental - SGID

Daniela do Carmo Tortorelli

Representante da Secretaria de Gestão da Informação e
Documental - SGID

Francy Marlen Ruth Milametto Quirino

Representante dos cartórios eleitorais e chefe do cartório da
242ª Zona Eleitoral – Várzea Paulista

David Pedro Rosa

Analista Judiciário

Francisco Eudivan Fernandes

Técnico Judiciário

Equipe de Elaboração

Secretaria de Planejamento Estratégico e de Eleições

Regina Rufino - Secretária

Coordenadoria de Gestão da Acessibilidade, Inovação e Sustentabilidade

Mariucha Lourenço Santos de Souza - Coordenadora

Seção de Gestão da Acessibilidade e Inclusão

Caroline Petilo Mascarenhas - Chefe

David Benchaya Nunes Tavares

Rafaela Schilling Vellinho

Identidade Visual

David Benchaya Nunes Tavares

Rafaela Schilling Vellinho

Apoio

Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão - CPAI/TRE-SP

Fevereiro de 2026



Documento elaborado com princípios de linguagem simples e de acessibilidade digital.

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização dos seus autores. A violação de direitos autorais está prevista na Lei nº 9.610/98.

Sumário

Apresentação.....	10
1) Pesquisa de Vistoria de Acessibilidade nos Locais de Votação – Preparação Eleições 2026 (Referência: Processo SEI nº 0017708-19.2025.6.26.8000)	12
2) Projeto Programa de Penas e Medidas Alternativas Programa de Penas e Medidas Alternativas (Referência: Processo SEI nº 0060290-05.2023.6.26.8000)	14
3) Projeto Pop Rua Jud 2025 (Referência: Processo SEI nº 0024316-33.2025.6.26.8000)	16
4) Evento "Diálogos Transformadores - Edição 2025" (Referência: Processo SEI nº 0011983-49.2025.6.26.8000)	18
5) Evento “Setembro Acessível: uma conversa sobre os caminhos possíveis para o enfrentamento do Capacitismo” (Referência: Processo SEI nº 0034383-57.2025.6.26.8000)	33
6) Central de Serviços de Acessibilidade (CSA) (Referência: Processo SEI nº 0043169-90.2025.6.26.8000).....	36
7) Programa Transformação (Referência: Processo SEI nº 0025309-47.2023.6.26.8000)	38
8) Projeto de Transporte de Eleitores e Eleitoras com Deficiência (Referência: Processo SEI nº 0034532- 87.2024.6.26.8000)	42

9) Atualização e Manutenção da Carta de Serviços ao Usuário (Referência: Processo SEI nº n. 0022347-22.2021.6.26.8000) ..	45
10) Participação no evento de integração, capacitação e inclusão para as servidoras e os servidores da SEPLAN denominado "SEPLANTou, tem que colher" (Referência: Processo SEI nº 0009046-66.2025.6.26.8000).....	46
11) Proposta de atualização da Política de Acessibilidade e Inclusão do TRE-SP (Referência: Processo SEI nº 0041017- 40.2023.6.26.8000)	48
12) Consulta sobre a Política Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência no âmbito do Poder Judiciário (Referência: Processo SEI nº 0026869-53.2025.6.26.8000)	50
13) Colaboração na Nova Política de Acessibilidade da Justiça Eleitoral (Referência: Processo SEI nº 0027572- 81.2025.6.26.8000)	51
14) Propostas de emendas ao normativo referente à Política de Desenvolvimento de Coleções da Biblioteca do TRE-SP (Referência: Processo SEI nº 0047065-44.2025.6.26.8000).....	54
15) Apresentação do relatório “Capacitação dos Coordenadores e das Coordenadoras de Acessibilidade”, como resultado do III Encontro de Acessibilidade e Inclusão da Justiça Eleitoral (Referência: Processo SEI nº 0003241-35.2025.6.26.8000).....	56
16) Participação no II Encontro Nacional dos Direitos de Pessoas com Deficiência (Referência: Processo SEI 0027380- 51.2025.6.26.8000)	59

17) Participação no Fórum Paulista de Articulação para Inclusão e Acessibilidade das Pessoas com Deficiência (Referência: Processo SEI 0044654-96.2023.6.26.8000)	61
18) Contribuição ao 2º Prêmio de Responsabilidade Social do Poder Judiciário (Referência: Processo SEI 0058822-69.2024.6.26.8000)	63
19) Prêmio CNJ de Qualidade 2025 (Referência: Processo SEI 0041254-40.2024.6.26.8000)	64
20) Abordagem da Acessibilidade e Inclusão no INSERE 2025..	65
21) Contribuição para Curso para Capacitação Nacional da Magistratura sobre diretrizes de Acessibilidade e Inclusão de Magistradas e Magistrados da Justiça Eleitoral.....	66
22) Estudo prévio para Aquisição de Camisetas para as Eleições 2026 (Referência: Processo SEI 0009713-52.2025.6.26.8000) ..	68
23) Relatório de Atividades 2024/2025 (Referência: Processo SEI 0029782-08.2025.6.26.8000).....	69
24) Meta 9 CNJ: “Cada voto conta! Acessibilidade eleitoral para todas as pessoas com deficiência” (Referência: Processo SEI 0016121-59.2025.6.26.8000)	71
25) Selo “Tribunal Amigo da Pessoa Idosa” (Referência: Processo SEI 0046543-85.2023.6.26.8000 e 0033489-81.2025.6.26.8000)	73
26) Selo de Qualidade Eleitoral do TSE	75

27) Diagnóstico Nacional sobre a atuação dos tribunais em relação à pauta LGBTQIAPN+ (Referência: Processo SEI 0017177-30.2025.6.26.8000)	78
28) Selo Linguagem Simples 2025 (Referência SEI: Processo SEI 0029775-16.2025.6.26.8000)	79
29) Projeto “Justiça Eleitoral vai até você! Voto 60+”	82
30) Indicadores de Acessibilidade - Resolução CNJ n. 401/2021 – Ano-Base 2025	84

Apresentação

O Relatório de Ações de Engajamento em Acessibilidade e Inclusão está alinhado à visão de futuro do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo no sentido de consolidar a credibilidade da Justiça Eleitoral, em especial quanto à transparência, segurança e efetividade de suas ações, apresentando, assim, as principais ações e projetos de acessibilidade e inclusão desenvolvidos ao longo do ano de 2025, destacando-se, em especial, aqueles relacionados à preparação das Eleições 2026.

O referido relatório visa cumprir o Programa de Acessibilidade da Justiça Eleitoral ([Resolução TSE n. 23.381/2012](#), art.11), bem como as diretrizes da [Resolução CNJ n. 401/2021](#), art. 23, inc. VII, que dispõe sobre as competências das unidades de acessibilidade e inclusão que, dentre outras, deverão elaborar relatório anual apresentando as ações que foram desenvolvidas, visando à promoção do tema da acessibilidade e da inclusão no âmbito do órgão.

Assim, a Seção de Gestão da Acessibilidade e Inclusão – SEACCESS apresenta o Relatório Anual de Atividades 2025 - Ações de Engajamento em Acessibilidade do TRE-SP.

Conheça as versões anteriores dos Relatórios de Atividades de Acessibilidade:

[Relatório de Ações de Engajamento em Acessibilidade e Inclusão 2024](#)

[Relatório de Ações de Engajamento em Acessibilidade e Inclusão 2023](#)

[Voltar ao Sumário](#)

[Relatório de Ações de Engajamento em Acessibilidade e Inclusão 2022](#)

[Relatório de Ações de Engajamento em Acessibilidade e Inclusão 2021](#)

[Voltar ao Sumário](#)

1) Pesquisa de Vistoria de Acessibilidade nos Locais de Votação – Preparação Eleições 2026 (Referência: Processo SEI nº 0017708-19.2025.6.26.8000)

O que é?

Trata-se de uma auditoria técnica de infraestrutura descentralizada, realizada estrategicamente no ano não eleitoral (2025), visando prevenir problemas, antecipando e corrigindo falhas que poderiam comprometer a participação de eleitores e eleitoras com deficiência no dia da eleição, garantindo um processo eleitoral mais fluido e inclusivo, e gerando um impacto positivo na comunidade, o que demonstra o compromisso do TRE-SP com a inclusão e fortalece a confiança da sociedade na Justiça Eleitoral.

A iniciativa mobiliza as Zonas Eleitorais de todo o Estado para realizar inspeções *in loco* (no próprio local) em prédios públicos e privados, verificando a conformidade das instalações com as normas de acessibilidade vigentes.

A ação compõe um diagnóstico estrutural profundo que visa superar a cultura de "improvisação" no dia da eleição. O objetivo central é identificar barreiras físicas com antecedência suficiente para buscar soluções definitivas de engenharia e layout, garantindo que o ambiente de votação seja naturalmente acessível, e não apenas adaptado de forma precária.

Cumpre lembrar que, a partir de 2021, o prazo para solicitação de adequações prediais foi antecipado para abril do ano eleitoral, buscando otimizar o cronograma de vistorias e garantir a disponibilidade de locais acessíveis antes do fechamento do cadastro, facilitando a transferência do eleitorado e o suporte aos Cartórios Eleitorais.

[Voltar ao Sumário](#)

A atuação da Seção de Gestão de Acessibilidade e Inclusão (SEACCESS) no projeto é de coordenação estratégica, enquanto a execução operacional cabe às Zonas Eleitorais.

Por fim, em preparação para as Eleições de 2026, a Secretaria de Planejamento Estratégico e de Eleições - SEPLAN, por meio da Seção de Gestão de Acessibilidade e Inclusão – SEACCESS, em conjunto com a Seção de Gestão de Processos, Riscos e Integridade - SEGPRI, investiram esforços na reformulação da pesquisa, visando um preenchimento mais simples, intuitivo e completo, bem como objetivando a otimização do tempo do responsável pela visita de vistoria.

Resultado:

O produto principal deste projeto é a entrega de um levantamento atualizado das condições de acessibilidade de todos os espaços (públicos ou privados) utilizados como locais de votação e de suas respectivas seções eleitorais.

O levantamento serve de base técnica para que o TRE-SP solicite formalmente aos gestores dos imóveis (Governo do Estado e Prefeituras) a realização de reformas e adequações estruturais com a antecedência necessária.

Período de Execução:

Iniciado em outubro de 2025 (Ciclo de planejamento do biênio 2024-2025, visando às Eleições 2026).

Status:

Encerrada a pesquisa de vistoria de acessibilidade nos locais de votação, foram encaminhados ao Governo do Estado e à Prefeitura de São Paulo as listagens das escolas estaduais e municipais, respectivamente, em que foram encontrados problemas de acessibilidade, inclusive com o detalhamento das providências correspondentes a serem adotadas em

[Voltar ao Sumário](#)

cada caso.

Quanto aos outros locais de votação também com problemas de

acessibilidade, esses estão sendo tratados pelas Zonas Eleitorais, que foram orientados a solicitar diretamente aos responsáveis pelos locais as adequações necessárias o mais breve possível, de modo a possibilitar eventuais transferências de eleitorado antes do encerramento do prazo para alistamento.

2) Projeto Programa de Penas e Medidas Alternativas

Programa de Penas e Medidas Alternativas (Referência: Processo SEI nº 0060290-05.2023.6.26.8000)



#PraTodosVerem: À esquerda, em azul, o título do folder “Programa de Penas e Medidas Alternativas nos Cartórios Eleitorais”. Na parte superior direita, logo institucional do TRE-SP em branco, seguido dos logos da Secretaria de Planejamento Estratégico e de Eleições, da Coordenadoria de Gestão da Acessibilidade e Inovação e Sustentabilidade, e, por último, o logo da Seção de Gestão da Acessibilidade e Inclusão, todos em branco.

O que é?

Consiste na disponibilização de vagas para cumpridores e cumpridoras de penas de prestação de serviços à comunidade, desempenhando um papel significativo na perspectiva social, contribuindo para a reintegração do infrator à sociedade, além de se alinhar com o objetivo estratégico do Poder Judiciário de garantir os direitos da cidadania.

[Voltar ao Sumário](#)

Anualmente, diversas Zonas Eleitorais do Estado de São Paulo integram beneficiários e beneficiárias em suas rotinas cartorárias, fortalecendo a inclusão institucional e o suporte administrativo. Em conformidade com o rol de atividades aprovado pela Presidência, as frentes de atuação abrangem desde o apoio administrativo e de escritório até funções essenciais de recepção, logística de carga, manutenção de jardins e serviços gerais.

A atuação da Seção de Gestão da Acessibilidade e Inclusão (SEACCESS) foca no monitoramento e na avaliação contínua do programa. Ao final de cada ciclo, aplica-se uma pesquisa de satisfação junto às Zonas Eleitorais participantes para mensurar a contribuição dos beneficiários na rotina cartorária e validar a continuidade da iniciativa sob o prisma da responsabilidade social.

É importante destacar a divisão de competências entre as instituições:

- Governo do Estado de São Paulo: Por meio do Departamento de Penas e Medidas Alternativas, é responsável pelo cadastramento, seleção e encaminhamento dos beneficiários com perfis adequados às atividades do Tribunal.
- TRE-SP: Realiza o controle qualitativo do programa exclusivamente por meio da pesquisa anual, que atesta a efetividade da parceria e o impacto da recomposição da força de trabalho nos Cartórios.

Resultado:

A ação gerou indicadores de desempenho e satisfação do ciclo 2024, processados em janeiro e publicados em julho de 2025, revelando os seguintes dados consolidados:

- 21 zonas eleitorais participaram do programa e um total de 60 beneficiários e beneficiárias puderam cumprir parte de sua pena atuando nas serventias cartorárias;

Os resultados da avaliação referente ao ciclo de 2024 foram publicados para o público interno e externo em julho de 2025, por meio da Linha

[Voltar ao Sumário](#)

Direta nº 280 (Capital) e nº 268 (Interior) e também por meio do Folder Informativo - Programa de Penas e Medidas Alternativas - Resultados do Programa 2024 nos Cartórios Eleitorais.

Status:

Projeto em andamento.

Concluído em relação aos resultados do ciclo 2024, sendo que os resultados do ciclo 2025 serão apurados no primeiro semestre de 2026.

3) Projeto Pop Rua Jud 2025 (Referência: Processo SEI nº 0024316-33.2025.6.26.8000)



#PraTodosVerem: A imagem mostra o Mutirão PopRuaJud na Praça da Sé, em São Paulo, nos dias 12 a 16 de maio de 2025, com a Catedral ao fundo. Vê-se uma área de atendimento organizada em tendas escuras, com um banner branco do programa em destaque. Pessoas aguardam e circulam entre as barracas, indicando grande demanda.

O que é?

O Pop Rua Jud funciona como um mutirão itinerante de atendimento humanizado. Ao invés de esperar que o cidadão em situação de vulnerabilidade extrema procure o cartório (o que muitas vezes não ocorre por vergonha, falta de documentos ou desconhecimento), a Justiça Eleitoral vai até ele.

Os mutirões ocorrem em parceria com o Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3), Defensorias Públicas, órgãos municipais, estaduais e organizações da sociedade civil permitindo que o cidadão resolva múltiplas pendências (documentais, previdenciárias e eleitorais) em um único local.

Resultado:

Durante o ano de 2025, o projeto intensificou sua capilaridade, deixando de focar apenas na Capital para atingir o interior do estado. Os mutirões percorreram 9 cidades: São Paulo (Praça da Sé), Campinas, Guarulhos, São Bernardo do Campo, Santo André, São José do Rio Preto, Ribeirão Preto, Taubaté e Marília.

Foram realizados 2.331 atendimentos apenas em 2025. No biênio 2024-2025, o total alcançou quase 4000 atendimentos.

Inovação e Reconhecimentos:

O projeto gerou um produto intelectual importante: a cartilha "[PopRuaJud](#)", material que orienta servidores e servidoras sobre como prestar um atendimento livre de preconceitos e barreiras atitudinais, bem como sobre a organização de um mutirão PopRuaJud em sua localidade.

A iniciativa foi premiada, conquistando o 3º lugar no II Prêmio de Boas Práticas do CNJ na categoria "Inovação na Prestação de Serviços Judiciais".

[Voltar ao Sumário](#)

Período de Execução:

O projeto integra o [Relatório do biênio 2024-2025](#), totalizando 14 mutirões no período completo (sendo 9 realizados especificamente em 2025).

Status:

Concluído (referente às metas e execuções do ciclo de 2025, embora a política seja de caráter permanente e contínuo).

Os resultados dos atendimentos itinerantes destinados às pessoas em situação de rua podem ser acessados em www.tre-sp.jus.br

Institucional> Governança Institucional e Gestão> Diversidade e Inclusão>Atenção à pessoa em situação de Rua> Relatórios> **Dados de atendimento à população em situação de rua nos mutirões Pop Rua Jud.**

4) Evento "Diálogos Transformadores - Edição 2025" (Referência: Processo SEI nº 0011983-49.2025.6.26.8000)



DIÁLOGOS TRANSFORMADORES



#PraTodosVerem: A imagem de um banner institucional com o título principal "DIÁLOGOS TRANSFORMADORES". No canto direito, aparece a logo do TRE-SP nas cores azul, amarela e verde. O lado esquerdo do banner é preenchido com uma série de logotipos e ilustrações que simbolizam os temas abordados no evento do TRE-SP sobre Comunidades Quilombolas, Linguagem Simples, Equidade racial, População em Situação de Rua, Direitos Humanos, LGBTQIAP+, Intolerância Religiosa, Mulheres em Situação de Vulnerabilidade, Etarismo e Capacitismo.

O que é?

O projeto "Diálogos Transformadores - Edição 2025" constituiu-se como um ciclo estratégico de webinários e debates, realizados entre maio e novembro de 2025, operando como um mecanismo contínuo de conscientização e não apenas como um evento pontual.

O evento consolidou-se como uma das iniciativas mais expressivas do TRE-SP na promoção da cidadania e da diversidade, reafirmando o compromisso do Tribunal com a garantia dos direitos fundamentais no âmbito do Poder Judiciário.

Realizado desde o ano de 2022, tem como público-alvo magistradas, magistrados, servidoras, servidores, estagiárias, estagiários, terceirizadas, terceirizados e a sociedade em geral, e tem como objetivo debater temas relacionados aos direitos humanos e ao enfrentamento à discriminação em todas as suas formas. Além disso, o evento busca não apenas informar, mas também conectar pessoas e inspirá-las a agir para construir uma sociedade mais justa e inclusiva.

Objetivos e Alinhamento Estratégicos:

A iniciativa teve como propósito central criar um espaço seguro, democrático e educativo para debater o enfrentamento a todas as formas de discriminação, assédio e preconceito.

A metodologia adotada foi o "diálogo deliberativo", priorizando a interação ativa e a construção colaborativa de soluções.

Estrategicamente, o evento alinha-se ao objetivo estratégico de promoção da cidadania e responsabilidade social, relacionados à garantia dos direitos fundamentais (macrodesafio do Poder Judiciário para o período 2021-2026, conforme previsão da Resolução TRE-SP n. 546/2021).

Também propicia o atendimento a diversos normativos que dispõem sobre a acessibilidade, a inclusão e a diversidade e baseia-se no compromisso do Poder Judiciário para implementação dos Objetivos do

[Voltar ao Sumário](#)

Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas.

Programação Temática:

Os encontros foram produzidos no formato de videocast (mesas de conversa), gravados em estúdio do próprio Tribunal e transmitidos pelo canal oficial do TRE-SP no YouTube. Todas as exhibções contaram com recursos de acessibilidade, incluindo intérpretes de Libras, legendagem e audiodescrição.

A programação de 2025 percorreu uma jornada abrangente por nove eixos temáticos, priorizando a participação de pessoas pertencentes aos grupos representados para garantir a autenticidade dos debates. Os 9 temas abordados foram: Equidade Racial, Comunidades Quilombolas,

Equidade Racial, Etarismo, População em Situação de Rua, Linguagem Simples, LGBTQIAPN+, Direitos Humanos, Mulheres em Situação de Vulnerabilidade e Intolerância Religiosa.

Abaixo, segue o detalhamento de cada tema discutido, com indicação da mesa temática e seus respectivos participantes convidados:

1. Equidade Racial



#PraTodosVerem: Em estúdio de gravação com tratamento acústico, três pessoas estão sentadas ao redor de uma mesa retangular de madeira, participando de uma conversa mediada. Cada participante utiliza um microfone de mesa. Sobre a mesa há copos, materiais de apoio e uma placa com o título “Equidade racial”, posicionado em destaque. A participante à esquerda apresenta cabelo preso e veste blusa estampada e calça clara. À direita, uma mulher conduz a conversa. O participante ao centro veste blazer escuro e camisa clara. A participante à direita veste traje social escuro, usa óculos e segura documentos impressos. Ao centro, um homem veste blazer escuro sobre camisa clara e está sentado de frente para a mesa, com postura relaxada e expressão sorridente.

- **Ação:** Mesa de debate gravada em 23/04/2025 e transmitida ao público em 28/05/2025.

- **Participantes Convidados:**

- **Dr. Irapuã Santana:** Advogado e Presidente da Comissão de Igualdade Racial da OAB/SP.

- **Flávia Márcia Alves dos Santos:** Servidora do TRE-SP e especialista em Direito Processual e Direitos Humanos.

[Voltar ao Sumário](#)

◦ **Débora Karoline Almeida Silva:** Advogada que atua na defesa dos direitos étnicos e raciais.

Para assistir: [Diálogos Transformadores - Edição 2025 - Equidade Racial](#)

2. Linguagem Simples



#PraTodosVerem: A imagem apresenta um grupo de oito pessoas em um estúdio de gravação de “podcast”, posando para uma fotografia institucional. Três mulheres, que são as participantes convidadas, estão sentadas ao redor de uma mesa de madeira clara, enquanto cinco pessoas representando a equipe do TRE-SP (quatro mulheres e um homem) permanecem em pé ao fundo, todas sorrindo para a câmera. Sobre a mesa, há microfones profissionais em suportes articulados pretos, canecas marrons e uma placa central azul e branca com o título “DIÁLOGOS TRANSFORMADORES Linguagem Simples”, acompanhada pela logo do TRE-SP. O ambiente possui um fundo

escuro com painéis acústicos e a maioria dos participantes utiliza crachás de identificação com cordões azuis.

• **Ação:** Mesa de debate gravada em 24/04/2025 e transmitida ao público em 23/7/2025.

[Voltar ao Sumário](#)

• **Participantes Convidadas:**

- **Karen Pretti:** Coordenadora de Análises Técnicas do TRE-SP
- **Mar Alves:** Comunicadora, professora e especialista em Linguagem Simples.
- **Clarisse Mattos:** Advogada, linguista e Mestre e Doutoranda em Letras.

Para assistir: [Diálogos Transformadores - Edição 2025 - Linguagem Simples](#)

3. População em Situação de Rua



#PraTodosVerem: Quatro mulheres participam de uma gravação em estúdio. Duas estão sentadas à esquerda e duas à direita da mesa de madeira clara. Elas vestem

roupas formais, incluindo blazers brancos e blusas em tons neutros. Sobre a mesa, há microfones profissionais pretos com detalhes dourados e uma placa colorida onde se

[Voltar ao Sumário](#)

lê "Diálogos Transformadores: População em situação de rua". O estúdio tem fundo preto texturizado e piso de carpete cinza.

- **Ação:** Mesa de debate gravada em 24/04/2025 e transmitida ao público em 25/06/2025.

- **Participantes Convidadas:**

- **Desembargadora Marisa Santos:** Do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3).

- **Juíza Marisa Cláudia Gonçalves Cucio:** Do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3).

- **Juíza Denise Indig Pinheiro:** à época, Juíza de Direito da 2ª Vara do Juizado Especial Cível da Comarca de Osasco/SP e Juíza da 276ª ZE - Osasco/SP.

- **Cíntia Hiromi Nakasako:** à época, Chefe de Cartório da 001ª ZE - Bela Vista - São Paulo/SP e especialista em Direito Eleitoral.

Para assistir: [Diálogos Transformadores - Edição 2025 - População em situação de rua](#)

4. Comunidades Quilombolas



#PraTodosVerem: A imagem apresenta um grupo de nove pessoas em um estúdio de gravação de “podcast”, posando para uma fotografia institucional. Três mulheres, que são as participantes convidadas, estão sentadas ao redor de uma mesa de madeira clara, enquanto seis pessoas permanecem em pé ao fundo, todas sorrindo. Sobre a mesa, há microfones profissionais, garrafas de água e uma placa com o título “DIÁLOGOS TRANSFORMADORES - Comunidades quilombolas”, acompanhada pela logo do TRE-SP, indicando o tema da discussão. O ambiente possui um fundo escuro com painéis acústicos e os participantes vestem trajes casuais e profissionais, muitos utilizando crachás de identificação da instituição.

- **Ação:** Mesa de debate gravada em 25/04/2025 e transmitida ao público em 30/05/2025.

- **Participantes Convidadas:**

- **Juíza Hallana Duarte Miranda:** à época, Juíza de Direito da Vara Única de Eldorado e Juíza da 148ª ZE - Eldorado/SP.

- **Dra. Andréa Aparecida Prestes João:** Assessora Chefe da Assessoria Especial de Quilombos da Fundação ITESP.

[Voltar ao Sumário](#)

◦ **Regina Rufino:** Secretária de Planejamento Estratégico e de Eleições do TRE-SP e Mestre em Humanidades, Direitos e outras Legitimidades pela USP.

Para assistir: [Diálogos Transformadores - Edição 2025 - Comunidades Quilombolas](#)

5. Intolerância Religiosa



#PraTodosVerem: A imagem apresenta quatro homens em um estúdio de gravação de “podcast”, sentados ao redor de uma mesa de madeira clara para uma fotografia institucional. Dois homens estão posicionados de cada lado da mesa, todos voltados para a câmera com expressões serenas. Sobre a mesa, há microfones profissionais em suportes articulados pretos, canecas marrons e uma placa central com o título "DIÁLOGOS TRANSFORMADORES - Intolerância Religiosa", acompanhada pela logo do TRE-SP, identificando o tema da conversa. O ambiente possui um fundo escuro com painéis acústicos e os participantes vestem trajes variados, incluindo um paletó com padrões étnicos e colares religiosos, ternos formais e roupas casuais, como um moletom cinza.

- **Ação:** Mesa de debate gravada em 14/05/2025 e transmitida ao público em 17/11/2025.

- **Participantes Convidados:**

[Voltar ao Sumário](#)

- **Dr. Hédio Silva Júnior:** Advogado, Mestre em Direito Processual Penal e Doutor em Direito Constitucional.
- **Dr. Sidnei Barreto Nogueira:** Babalorixá, Escritor e Doutor em Semiótica (USP).
- **Frei Guilherme Pereira Anselmo Júnior:** Professor de Teologia e Padre (Paróquia Santa Suzana).
- **Luis Felipe de Oliveira Reis:** Coordenador de Planejamento e Governança do TRE-SP, Professor e Mestre em Matemática.

Para assistir: [Diálogos Transformadores - Edição 2025 - Intolerância Religiosa](#)

6. LGBTQIAPN+



#PraTodosVerem: A imagem apresenta três pessoas (dois homens e uma mulher) em um estúdio de gravação de “podcast”, sentados ao redor de uma mesa de madeira clara para uma fotografia institucional. Sobre a mesa, há microfones profissionais em suportes articulados pretos, canecas marrons e uma placa central com o título "DIÁLOGOS TRANSFORMADORES - LGBTQIAPN+", acompanhada pela logo do TRE-SP,

[Voltar ao Sumário](#)

identificando o tema da conversa. O ambiente possui um fundo escuro com painéis acústicos e os participantes vestem trajes variados.

- **Ação:** Mesa de debate gravada em 14/05/2025 e transmitida ao público em 19/08/2025.

- **Participantes Convidados:**

- **Dr. Renan Honório Quinalha:** Professor, Advogado e Escritor.
- **Dra. Daniella Veyga Garcia Nonato:** Mulher trans, Advogada e Especialista em direitos da população LGBTQIAPN+.
- **Danúbio Neves:** Servidor do TRE-SP e membro da Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, Assédio Sexual e Discriminação.

Para assistir: [Diálogos Transformadores - Edição 2025 - LGBTQIAP+](#)

7. Direitos Humanos



[Voltar ao Sumário](#)

#PraTodosVerem: A imagem registra a gravação de um “podcast” em um estúdio profissional. Três homens estão posicionados ao redor de uma mesa de madeira clara: um à esquerda, de blazer azul e óculos; um ao centro, de terno azul-royal; e um à direita, de terno azul-marinho e gravata. À frente deles, sobre a mesa, há microfones

de braço articulado, canecas, papéis de apoio e uma placa de identificação azul com a inscrição "Diálogos Transformadores - Direitos Humanos", acompanhada pela marca do TRE-SP. O fundo do estúdio é composto por placas acústicas pretas. Em primeiro plano, na base da imagem, aparecem garrafas de água mineral.

- **Ação:** Mesa de debate gravada em 15/05/2025 e transmitida ao público em 16/09/2025
- **Participantes Convidados:**
 - **Dr. Flávio de Leão Bastos Pereira:** Professor, Doutor e Mestre em Direito Político e Econômico.
 - **Dr. Elder Maia Goltzman:** Servidor do TRE-SP, Professor e Mestre em Direito e Instituições do Sistema de Justiça.
 - **Valtier de Barros Veloso:** Coordenador de Gestão da Informação do TRE-SP.

Para assistir: [Diálogos Transformadores - Edição 2025 - Direitos Humanos](#)

8. Etarismo



#PraTodosVerem: A foto mostra três pessoas. À esquerda, uma mulher de blusa bordô e um homem de camisa verde e óculos. À direita, uma mulher negra veste blazer preto e blusa rosa. No centro da mesa, uma placa branca com bordas azuis destaca a palavra "Etarismo" abaixo do título "Diálogos Transformadores" e do logo do TRE-SP.

- **Ação:** Mesa de debate gravada em 15/05/2025 e transmitida ao público em 16/06/2025.
- **Participantes Convidados:**
 - **Ricardo Mucci:** Jornalista, mestre em comunicação social e *expert* em longevidade.
 - **Cléa Klouri:** especialista, consultora e palestrante em tendências e inovação.
 - **Regina Rufino:** Secretária de Planejamento Estratégico e de Eleições do TRE-SP e Mestre em Humanidades, Direitos e outras Legitimidades pela USP.

[Voltar ao Sumário](#)

- **Mariucha Lourenço:** Coordenadora de Gestão da Acessibilidade, Inovação e Sustentabilidade.
- **Inah Alves de Carvalho:** Servidora aposentada do TRE-SP.

Para assistir: [Diálogos Transformadores - Edição 2025 - Etarismo](#)

9. Mulheres em Situação de Vulnerabilidade



#PraTodosVerem: A imagem registra a gravação de um podcast em um estúdio profissional. Três mulheres estão posicionadas ao redor de uma mesa de madeira clara: duas à esquerda, sendo uma mulher negra com uma blusa branca e colar preto e outra mulher de pele branca e vestido estampado; à direita, uma mulher negra de vestido azul claro. À frente delas, sobre a mesa, há microfones de braço articulado, canecas, papéis de apoio e uma placa de identificação azul com a inscrição "Diálogos Transformadores - Mulheres em Situação de Vulnerabilidade", acompanhada pela marca do TRE-SP. O fundo do estúdio é composto por placas acústicas pretas.

- **Ação:** Mesa de debate gravada em 23/05/2025 e transmitida ao público em 21/10/2025.

- **Participantes Convidadas:**

- **Juíza Maria Domitila Prado Mansur:** à época, Juíza de Direito da 7ª Turma Recursal Cível - Juizado Especial do Tribunal de Justiça de São Paulo e Juíza Substituta na Classe Juíza de Direito do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo.

[Voltar ao Sumário](#)

- **Dra. Rosana Rufino:** Advogada, Professora, Mestra pelo Programa de Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades pela USP e Presidente da Comissão Permanente de Igualdade Racial da OAB/SP.

- **Fabiana Camargo de Oliveira Silva:** Professora, palestrante e Chefe de Cartório da 299ª ZE - Araçatuba/SP.

Para assistir: [Diálogos Transformadores - Edição 2025 - Mulheres em situação de vulnerabilidade](#)

Todos os eventos foram gravados no estúdio do TRE-SP (Prédio Miquelina) e contaram com recursos de acessibilidade comunicacional, incluindo intérpretes de Libras, legendagem e audiodescrição.

Resultados e Impacto Social:

A estratégia de realizar o evento em formato de série contínua gerou um engajamento expressivo. Enquanto a edição de 2024 havia registrado cerca de 1.700 visualizações, os vídeos da Edição 2025 ultrapassaram a marca de 7.000 visualizações, demonstrando a relevância social dos temas abordados. Além do alcance externo, o projeto serviu como ferramenta de capacitação interna, contabilizando horas para o Adicional de Qualificação (AQ) de servidores e servidoras, incentivando a participação do corpo funcional.

O impacto do projeto reside na sua capacidade de unir pessoas, capacitar para a ação e ampliar vozes, reafirmando o papel ativo do TRE-SP na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, oferecendo um legado de conhecimento acessível e gratuito que instrumentaliza o cidadão para ser um agente de mudança em sua comunidade.

Status:

Concluído.

[Voltar ao Sumário](#)

Onde encontrar:

[Diálogos Transformadores - Edição 2025 - Equidade Racial](#)

[Diálogos Transformadores - Edição 2025 - Comunidades Quilombolas](#)

[Diálogos Transformadores - Edição 2025 - Etarismo](#)

[Diálogos Transformadores - Edição 2025 - População em situação de rua](#)

[Diálogos Transformadores - Edição 2025 - Linguagem Simples](#)

[Diálogos Transformadores - Edição 2025 - LGBTQIAP+](#)

[Diálogos Transformadores - Edição 2025 - Direitos Humanos](#)

[Diálogos Transformadores - Edição 2025 - Mulheres em situação de vulnerabilidade](#)

[Diálogos Transformadores - Edição 2025 - Intolerância Religiosa](#)

5) Evento “Setembro Acessível: uma conversa sobre os caminhos possíveis para o enfrentamento do Capacitismo” (Referência: Processo SEI nº 0034383-57.2025.6.26.8000)



#PraTodosVerem: A imagem é um banner digital vertical com fundo roxo estampado por quadrículas sutis. No topo, lê-se em letras brancas grandes: "SETEMBRO ACESSÍVEL", seguido pela frase "uma conversa sobre os caminhos possíveis para o enfrentamento do capacitismo". À direita do título, há um selo circular branco com mãos formando uma estrela e o texto "Setembro Acessível" repetido. No centro, três fotos circulares apresentam os palestrantes: Silvia Grecco (mulher de pele clara e cabelos castanhos), Marco Pellegrini (homem negro com fones de ouvido) e Juan Ocampo Bernárdez (homem de pele clara e óculos). Abaixo, as informações do evento indicam "24 de setembro, 15:00", com transmissão pelo YouTube no canal @trespjustbr. O banner inclui o ícone de acessibilidade em Libras, o logotipo do TRE-SP no canto inferior direito e cinco ícones coloridos dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU no canto inferior esquerdo.

O que é?

O Setembro Acessível é uma iniciativa do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE-SP), realizada em alusão ao Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência (21 de setembro), com o objetivo de promover a

[Voltar ao Sumário](#)

conscientização sobre inclusão e combater barreiras atitudinais e comunicacionais.

Na edição de 2025, o projeto teve como tema "Uma conversa sobre os caminhos possíveis para o enfrentamento do Capacitismo". A mesa de debate contou com a participação de especialistas como Silvia Grecco (Secretária Municipal da Pessoa com Deficiência) e Marco Pellegrini (Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência), sendo mediada pelo servidor do TRE-SP, Juan Ocampo Bernárdez.

O evento foi integralmente acessível, contando com intérpretes de Libras, legendagem e audiodescrição

Além do evento principal, o projeto englobou uma ampla campanha de engajamento nas redes sociais e canais internos ao longo de todo o mês de setembro. As publicações educativas abordaram o capacitismo em diversas esferas da vida cotidiana, questionando o papel do Judiciário, das empresas, da polícia, das escolas e da família no combate a esse tipo de discriminação.

Período de execução:

Embora tenha sido transmitida em 24 de setembro, sua gravação ocorreu previamente, em 23 de maio de 2025.

Resultado:

O evento "Setembro Acessível" integrou um ciclo maior de debates, com 745 visualizações.

Onde encontrar:

Site institucional - "[Setembro Acessível: TRE-SP promove evento sobre acessibilidade e enfrentamento ao capacitismo](#)";

Novidades da Intranet - "[Setembro Acessível: TRE-SP promove evento sobre acessibilidade e enfrentamento ao capacitismo](#)".

[Voltar ao Sumário](#)

6) Central de Serviços de Acessibilidade (CSA) **(Referência: Processo SEI nº 0043169-90.2025.6.26.8000)**



#PraTodosVerem: Na parte superior, a sigla CSA. Ao centro, 4 pares de mãos uma ao lado da outra, em tons de roxo. Na linha abaixo, a frase “Central de Serviços de Acessibilidade”.

O que é?

A Central de Serviços de Acessibilidade (CSA) é uma estrutura estratégica que viabiliza o suporte logístico e a contratação de soluções inclusivas para o TRE-SP. Sua atuação garante acessibilidade em diversas atividades do Tribunal, tais como:

- Sessões: Ordinárias, extraordinárias e solenes.
- Comunicação Digital: Redes sociais, site institucional e canal do YouTube.
- Conteúdo Audiovisual: Vídeos informativos, educativos e propagandas.
- Eventos e Capacitação: Treinamentos, reuniões e manifestações públicas.

São quatro os serviços disponibilizados:

- Libras Ao Vivo: Para sessões plenárias de julgamento e eventos transmitidos em tempo real (como o "Diálogos Transformadores").
- Libras Pré-Gravada: Inserção de janela de Libras em vídeos institucionais, tutoriais e campanhas educativas publicadas nas redes sociais e no portal do TRE-SP.

[Voltar ao Sumário](#)

- Legendagem para Surdos e Ensurdecidos (LSE): Diferente da legenda comum, a LSE descreve também sons do ambiente e entonações, sendo aplicada em materiais pré-gravados.
- Audiodescrição: serviço de tradução audiovisual que transforma elementos visuais (cenários, gestos, expressões e ações) em narração verbal.

Resultado:

A CSA foi o suporte técnico que viabilizou a acessibilidade a 40 (quarenta) eventos do calendário de 2025. Destaca-se, entre eles, o suporte ao ciclo de webinários "Diálogos Transformadores - Edição 2025" e ao evento "Setembro Acessível".

Nestes eventos em específico, em específico, a CSA garantiu a presença de intérpretes de Libras e recursos de acessibilidade para as transmissões no YouTube, permitindo que o público de mais de 7.000 espectadores (no caso dos Diálogos Transformadores) incluísse pessoas com deficiência de forma plena e equânime.

Além disso, a CSA manteve a rotina de acessibilidade em 55 Sessões Plenárias, garantindo transparência e acesso à justiça para advogados, partes e cidadãos com deficiência que acompanham os julgamentos da Corte.

Status:

Em andamento. Projeto contínuo.

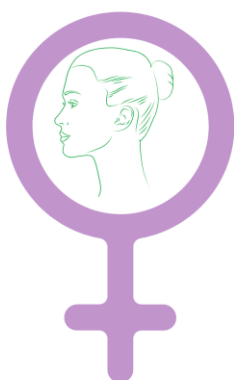
Uma das principais ações do ano foi o planejamento e execução da nova contratação para garantir a continuidade dos serviços sem interrupções para o ciclo de 2026, incluindo a elaboração de Estudos Técnicos Preliminares e Termos de Referência para adequá-los às novas demandas tecnológicas e de volume identificadas nos anos anteriores.

No que tange aos contratos em execução, ambas as atas foram objeto de prorrogação por meio de seus respectivos 1º Termos Aditivos:

[Voltar ao Sumário](#)

- Ata nº 065/2024 (Empresa F A FERRARI DE SOUZA) teve sua vigência prorrogada para o período de 20/09/2025 até 20/09/2026;
- Ata nº 066/2024 (Empresa R T ESTRELA) teve sua vigência prorrogada para o período de 20/09/2025 até 20/09/2026.

7) Programa Transformação (Referência: Processo SEI nº 0025309-47.2023.6.26.8000)



#PraTodosVerem: Ícone que representa o símbolo feminino (o círculo com uma cruz apontando para baixo, associado ao gênero feminino) na cor lilás/roxo claro. Dentro do círculo deste símbolo, há um desenho em linha (traço fino) de um perfil de rosto de mulher na cor verde claro.

O que é?

O Programa Transformação foi instituído pela Resolução CNJ n. 497/2023 com o objetivo primordial de fomentar a adoção de políticas afirmativas que reduzam as desigualdades sociais e promovam a inclusão de mulheres em condições de vulnerabilidade econômico-social no mercado de trabalho.

A iniciativa surge como resposta a um desafio social complexo: a exclusão de grupos de mulheres que enfrentam múltiplas barreiras para acessar oportunidades de emprego dignas.

[Voltar ao Sumário](#)

Para fins do programa, são consideradas mulheres em condição de especial vulnerabilidade:

- Vítimas de violência (física, moral, patrimonial, psicológica ou sexual, em razão do gênero, no contexto doméstico e familiar);
- Mulheres trans e travestis;
- Mulheres migrantes e refugiadas;
- Mulheres em situação de rua;
- Mulheres egressas do sistema prisional;
- Mulheres indígenas, campesinas e quilombolas.

As seguintes medidas oficiais foram tomadas em 2025:

- Solicitação de Apoio ao Governo do Estado: Foi expedido o Ofício TRE-SP nº 1.790/2025, endereçado ao Governador do Estado de São Paulo, reiterando apoio para a implementação do programa, visando formalizar Acordos de Cooperação Técnica para acesso aos cadastros sociais;
- Articulação com a Secretaria de Desenvolvimento Social: Por meio do Ofício TRE-SP nº 1.789/2025, o Tribunal contatou a Secretária a fim de viabilizar as parcerias necessárias para a identificação de mulheres em vulnerabilidade;
- Articulação com a Assistência Social Municipal: Foi enviado o Ofício TRE-SP nº 1.788/2025 à Secretária Municipal, buscando convênios com centros credenciados que atuam na atenção de mulheres em situação de vulnerabilidade social, para viabilizar o preenchimento das vagas;
- Articulação com Departamento de Relações Institucionais e Projetos da Coordenadoria de Reintegração Social e Cidadania (Secretaria Estadual de Administração Penitenciária): Reunião realizada para conhecer o Programa Proteção à Pessoa Egressa e Família, o qual indica egressos para empresas e instituições públicas com o intuito de que ocupem posição de trabalho. Com isso, abriu-se mais um canal institucional para cumprimento do Programa Transformação;

[Voltar ao Sumário](#)

Além disso, houve o advento da Resolução TRE-SP nº 667/2025, que alterou a Política de Governança das Contratações Públicas do TRE-SP (Resolução TRE-SP nº 625/2023), trazendo os seguintes novos dispositivos:

"Art. 28-A. Nas contratações de empresas prestadoras de serviços terceirizados, o TRE-SP observará, sempre que possível, a participação equânime de homens e mulheres, com perspectiva interseccional de raça e etnia, proporcionando a ocupação de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de mulheres, considerada cada função do contrato.

Art. 28-B. Nos contratos que envolvam prestação de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, o TRE-SP observará, sempre que possível, o mínimo de 5% (cinco por cento) do percentual previsto pelo artigo 28-A, a serem reservados a mulheres incluídas em condição de especial vulnerabilidade econômico-social.

§ 1º Nos termos do caput deste artigo, considera-se em situação de vulnerabilidade econômico-social as mulheres:

I - vítimas de violência física, moral, patrimonial, psicológica ou sexual, em razão do gênero, no contexto doméstico e familiar;

II - trans e travestis;

III - migrantes e refugiadas;

IV - em situação de rua;

V - egressas do sistema prisional; e

VI - indígenas, camponesas e quilombolas.

§ 2º Pelo menos metade do total de vagas reservadas deverão ser destinados a mulheres vítimas de violência no contexto doméstico e familiar.

§ 3º As demais vagas reservadas deverão ser preenchidas por mulheres integrantes dos grupos indicados nos incisos II a VI do §1º deste artigo.

§ 4º As vagas serão destinadas prioritariamente a mulheres pretas e pardas.

§ 5º O disposto no caput aplica-se a contratos com quantitativos mínimos de 25 (vinte e cinco) colaboradores e o percentual mínimo de mão de obra deverá ser mantido durante toda a execução contratual.

§ 6º O TRE-SP poderá realizar acordo de cooperação técnica com instituições públicas, organizações da sociedade civil ou, ainda, outros organismos e instituições credenciadas que atuem na atenção de mulheres em condição de especial vulnerabilidade econômico-social para fins de intercambiar informações, documentos e apoio técnico-institucional com vistas ao cumprimento do disposto no caput deste artigo.

§ 7º A indisponibilidade de mão de obra qualificada ou a inexistência de acordos de cooperação técnica que permitam às empresas contratadas recrutar mulheres em condição de especial vulnerabilidade não caracterizam descumprimento do disposto no caput deste artigo.

[Voltar ao Sumário](#)

Art. 28-C. As empresas prestadoras de serviços terceirizados contratadas pelo TRE-SP que tiverem 100 (cem) ou mais empregadas e empregados deverão observar as proporções dispostas pelo artigo 93, da Lei nº 8.213/1991 e preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) de seus cargos com beneficiárias e beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência habilitadas.

Art. 28-D. Nas contratações de empresas prestadoras de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, o TRE-SP deverá observar o emprego de mão de obra formada por pessoas egressas do sistema prisional, na seguinte proporção:

I - 4% (quatro por cento) das vagas, nos contratos que demandem 50 (cinquenta) funcionários ou menos;

II - 5% (cinco por cento) das vagas, nos contratos que demandem 51 (cinquenta e um) a 80 (oitenta) funcionários;

III - 6% (seis por cento) das vagas, nos contratos que demandem mais de 80 (oitenta) funcionários.

§ 1º A efetiva contratação do percentual indicado nos incisos I a III do caput será exigida da proponente vencedora quando da assinatura do contrato.

§ 2º O percentual descrito deverá ser respeitado durante toda a execução do contrato."

Resultado:

O programa foi integrado ao macrodesafio de "Garantia dos Direitos Fundamentais" e à estrutura de governança de acessibilidade do Tribunal, sendo monitorado como indicador de desempenho social.

Além da busca por parceiros, o Tribunal aplicou a regra de reserva de vagas (mínimo de 5%) em contratos administrativos executados em 2025, mais especificamente:

1. Na contratação da empresa BLR - Gestão em Serviços Terceirizados Ltda para a prestação de serviços de limpeza e conservação predial nos edifícios dos Cartórios Eleitorais do Interior do Estado de São Paulo (Processo SEI nº 0035564-93.2025.6.26.8000); e
2. Na contratação da empresa TRANSFORT - Gestão de Serviços Terceirizado e Limpeza Ltda para a prestação de serviços de limpeza e conservação predial nos edifícios do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo localizados na capital paulista (Processo SEI nº 0001674-66.2025.6.26.8000).

[Voltar ao Sumário](#)

Apesar deste Regional ainda não ter formalizado acordos de cooperação, a Resolução CNJ n. 497/2023 foi cumprida, diante da assinatura de contratos que resultaram na contratação total de 6 mulheres em situação de vulnerabilidade.

Período de execução:

Maio de 2023 até o momento.

Status:

Programa em andamento.

8) Projeto de Transporte de Eleitores e Eleitoras com Deficiência (Referência: Processo SEI nº 0034532-87.2024.6.26.8000)

O que é?

O projeto consiste no fomento e na consulta às Zonas Eleitorais sobre o transporte de eleitores e eleitoras em geral, bem como do eleitorado com deficiência e/ou mobilidade reduzida, transporte de população de aldeias indígenas, de comunidades remanescentes de quilombos e de comunidades tradicionais.

A pesquisa foi realizada em conjunto pela Seção de Logística das Eleições – SELE da Coordenadoria de Gestão das Eleições - COGEL e pela Seção de Gestão da Acessibilidade e Inclusão - SEACCESS da Coordenadoria de Gestão da Acessibilidade, Inovação e Sustentabilidade - COAIS, ambas coordenadorias da Secretaria de Planejamento Estratégico e de Eleições-SEPLAN.

A consulta foi dividida em duas fases, conforme quadro abaixo, e teve seus dados compilados no ano de 2025:

Aspecto	Fase 1 (Pré-Eleições)	Fase 2 (Pós-Eleições)
Momento	Anterior ao 1º turno.	Após o encerramento do pleito.
Foco Principal	Planejamento e Logística: Identificar o que seria oferecido.	Avaliação e Resultados: Verificar o que foi entregue.
Público-Alvo	Eleitores em geral, PCDs e comunidades tradicionais.	Dados quantitativos de eleitores atendidos.
Dados Coletados	Existência de transporte e roteiros (itinerários).	Eficácia, efetividade e número de municípios participantes.

A pesquisa foi direcionada apenas aos Cartórios do Interior de São Paulo, pois a cidade de São Paulo está atendida regularmente pelo projeto “Atende +”, pertencente à Prefeitura da Cidade de São Paulo.

Em 1º de agosto de 2025, foi publicada a Linha Direta nº 285 (Capital) e 273 (Interior) disponibilizando os resultados da 2ª fase da pesquisa.

Resultado:

- O que foi avaliado: A disponibilidade e o uso de transporte gratuito para eleitores e eleitoras no dia da eleição, com foco em pessoas com deficiência e comunidades tradicionais.
- Quem participou: As informações vieram de 270 Zonas Eleitorais, cobrindo 644 municípios do interior do estado de São Paulo, além de dados da Capital.

1. Pessoas com Deficiência ou Mobilidade Reduzida

- Oferta do serviço no Interior: Cerca de 34% das Zonas Eleitorais (102 zonas) informaram que ao menos um de seus municípios ofereceu transporte específico para esse grupo.
- Uso real no Interior: Embora 299 municípios tenham dito que haveria o serviço, apenas 98 confirmaram que eleitores foram realmente transportados.
- Total de pessoas atendidas no Interior: Registrou-se que 837 eleitores(as) com deficiência ou mobilidade reduzida utilizaram o transporte gratuito no interior (somando 1º e 2º turnos).
- Total na Capital: Na cidade de São Paulo, o serviço "Atende+" transportou 321 pessoas (168 no 1º turno e 153 no 2º turno).

2. Comunidades Tradicionais (Indígenas, Quilombolas, etc.)

- Oferta no Interior: 171 municípios (24% do total consultado) forneceram transporte, atendendo a 201 comunidades diferentes.
- Total de pessoas atendidas no Interior: Foram transportados 25.560 eleitores e eleitoras dessas comunidades no 1º e 2º turnos.

- Total na Capital: A Justiça Eleitoral disponibilizou transporte para 251 eleitores e eleitoras de comunidades tradicionais na cidade de São Paulo.

9) Atualização e Manutenção da Carta de Serviços ao Usuário (Referência: Processo SEI nº n. 0022347-22.2021.6.26.8000)

O que é?

A unidade de acessibilidade (SEACCESS) revisou a "[Carta de Serviços ao Usuário](#)" do TRE-SP. O objetivo foi atualizar as informações para garantir que elas estejam de acordo com as leis mais recentes e facilitar o acesso de pessoas com deficiência aos serviços eleitorais

Destaca-se que a unidade instruiu que a elaboração e manutenção da Carta deveriam seguir rigorosamente o "[Guia de Boas Práticas para elaboração de documentos e conteúdos acessíveis](#)", produzido pelo próprio Tribunal, para garantir a inclusão de todas as pessoas, especialmente aquelas que utilizam leitores de tela.

Resultado:

As mudanças principais sugeridas e aprovadas foram:

- Apoio no local de votação: Foi incluído um texto informando que todo local de votação em São Paulo possui no mínimo uma coordenadora ou coordenador de acessibilidade. Essa pessoa é responsável por verificar o local e ajudar eleitores e eleitoras com deficiência a chegarem à urna com conforto e segurança.
- Troca de Seção facilitada: O texto esclareceu que o eleitorado com deficiência ou mobilidade reduzida pode pedir transferência para uma seção acessível pela internet ([Agendamento](#)).
- Inclusão de novos endereços: A SEPLAN também propôs adicionar à carta os endereços dos "Pontos de Inclusão Digital" (PIDs) e das

[Voltar ao Sumário](#)

- unidades do "Parceria Cidadã", facilitando a consulta por parte do público.

Período de execução:

Maio a dezembro de 2025.

Status:

Concluído.

10) Participação no evento de integração, capacitação e inclusão para as servidoras e os servidores da SEPLAN denominado "SEPLANTou, tem que colher" (Referência: Processo SEI nº 0009046-66.2025.6.26.8000)



#PraTodosVerem: Grupo de 22 servidores e servidoras do TRE-SP sentados nas cadeiras da arquibancada do Centro de Treinamento Paralímpico Brasileiro, acompanhados de um atleta paralímpico e usuário de cadeira de rodas.

O que é?

Idealizado pela SEPLAN com apoio do Laboratório de Inovação do TRE-SP (SAMPALAB), o evento teve como propósito promover uma visão integrada do Tribunal, estimular o trabalho em equipe e fomentar a cultura da inclusão. As atividades foram desenhadas utilizando metodologias como Design Thinking (foco em empatia e criatividade) e Planejamento Estratégico, buscando conectar as tarefas individuais dos servidores aos objetivos maiores da instituição.

Atividades realizadas:

08/04/2025, das 09h às 13h - Visita ao Centro de Treinamento Paralímpico Brasileiro;

14/04/2025 - Oficina de planejamento, Dinâmica Tangram (um quebra-cabeça chinês) e Visita a Sala Cofre do TRE-SP (Oficina de Planejamento e Dinâmica Tangram: das 09h às 12h; Visita a Sala Cofre do TRE-SP: das 14h às 15h).

25/04/2025, das 09h às 12h – Dinâmica “Eleições Gerais 2026! Vocês estão prontos para mais uma missão?”;

28/05/2025, das 17h às 18h - Dinâmica de encerramento do Evento.

O primeiro dia do evento (08/04/2025) foi inteiramente dedicado ao tema da acessibilidade, com atividades desenhadas para gerar empatia e conhecimento prático nos servidores e servidoras da Secretaria de Planejamento (SEPLAN).

Resultado:

Verifica-se que o Evento “Seplantou, tem que colher” alcançou o seu objetivo de ser um evento de integração, capacitação e inclusão ao mesmo tempo que estimulou a criatividade e novas habilidades nas servidoras e nos servidores da Seplan, podendo servir de modelo de evento para outras seções e cartórios eleitorais.

[Voltar ao Sumário](#)

Período de execução:

O projeto ocorreu nos dias 08, 14 e 25 de abril e 28 de maio de 2025.

Status:

Concluído.

11) Proposta de atualização da Política de Acessibilidade e Inclusão do TRE-SP (Referência: Processo SEI nº 0041017-40.2023.6.26.8000)

O que é?

Consiste na proposta de atualização da Política de Acessibilidade e Inclusão do TRE-SP, a fim de dar cumprimento ao disposto no art. 8º da [Resolução TRE-SP nº 503/2020](#), bem como acompanhar a evolução normativa que trata a temática acessibilidade e inclusão social da pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida.

Considerando que referida temática está em constante evolução, é fundamental atualizar a política vigente, a fim de incorporar novos conceitos e terminologias, bem como garantir o alinhamento com a legislação que trata da temática, notadamente a [Resolução CNJ n. 401/2021](#), que dispõe sobre o desenvolvimento e diretrizes de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência nos órgãos do Poder Judiciário e de seus serviços auxiliares, e regulamenta o funcionamento de unidades de acessibilidade e inclusão.

Ainda, para o atendimento ao exigido pelo Tribunal de Contas da União (TCU) no Levantamento de Governança Pública Organizacional de 2024 (iESGo), a revisão da política contará também com a temática da diversidade e inclusão. Embora a política atual contemple alguns aspectos relacionados ao tema, faz-se necessária uma abordagem mais aprofundada.

[Voltar ao Sumário](#)

Desse modo, a atualização reforçará esse enfoque, garantindo a adequação à [Resolução CNJ n. 351/2020](#), que institui no âmbito do Poder Judiciário a Política de Prevenção e Enfrentamento de Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação.

Por fim, cumpre informar que, tão logo sejam publicadas as Políticas Nacionais de Acessibilidade do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), será iniciada a revisão e atualização da Resolução TRE-SP nº 503/2020 e o estabelecimento de Planos de Ação de Acessibilidade, garantindo a conformidade com as disposições trazidas pelos normativos.

Período de execução:

Janeiro de 2024 até o momento.

Status:

- Sobrestamento (suspensão temporária) das tratativas locais.
- Motivo da Pausa: Aguardo da aprovação final da Minuta de Resolução que institui a Política Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência no âmbito do Poder Judiciário pelo CNJ e pelo TSE.
- Objetivo: Garantir o alinhamento normativo e evitar conflitos entre as regras regionais e as diretrizes nacionais que serão estabelecidas pelo TSE e pelo CNJ.

Processos Relacionados (SEI):

- Processo SEI nº 0050591-19.2025.6.26.8000: Referente à política de direitos da pessoa com deficiência no Judiciário.
- Processo SEI nº 0027572-81.2025.6.26.8000: Focado na análise de minuta e contribuições específicas para a acessibilidade no processo eleitoral.

12) Consulta sobre a Política Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência no âmbito do Poder Judiciário (Referência: Processo SEI nº 0026869-53.2025.6.26.8000)

O que é?

Em julho de 2025, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) realizou uma consulta pública acerca da minuta de ato normativo que estabelece a Política Nacional da Pessoa com Deficiência em Âmbito Judicial, com a finalidade de contemplar e unificar todas as questões relacionadas às pessoas com deficiência dentro do Poder Judiciário.

A consulta teve como objetivo a obtenção de manifestações de pessoas com deficiências, dos órgãos públicos, privados e da sociedade civil para contribuir com o aprimoramento das disposições referentes aos direitos da pessoa com deficiência, de modo a explicitá-los e garantir sua efetividade, em todos os aspectos, proporcionando real igualdade de condições com as demais pessoas.

Ao receber o comunicado, a Seção de Gestão da Acessibilidade e Inclusão (SEACESS) identificou a urgência e a importância estratégica da demanda. Por meio da Informação Técnica nº 141/2025, a unidade propôs uma ação de engajamento imediato. A unidade articulou a expedição de um comunicado interno direcionado a todas as Zonas Eleitorais (Capital e Interior) e à Secretaria do Tribunal.

A mensagem incentivou magistradas, magistrados, servidoras, servidores e colaboradoras e colaboradores a acessarem o formulário eletrônico do CNJ até o dia 21 de julho de 2025, a fim de permitir que quem vivencia a realidade do atendimento eleitoral e/ou possui conhecimentos de acessibilidade sob aspectos diferenciados pudesse sugerir a inclusão de novos dispositivos, a alteração de regras ou a exclusão de normas que não funcionam na prática.

Resultado:

A consulta pública foi fundamental para a construção democrática da norma. Posteriormente, durante o II Encontro Nacional do Comitê dos Direitos de Pessoas com Deficiência (realizado em agosto de 2025 no TST), foi revelado que a política foi elaborada com a participação ativa de 171 pessoas, das quais 70% eram pessoas com deficiência. Esse dado concretizou o lema mundial da inclusão: "Nada sobre nós, sem nós".

Período de execução:

De julho a setembro de 2025.

Status:

Concluído.

13) Colaboração na Nova Política de Acessibilidade da Justiça Eleitoral (Referência: Processo SEI nº 0027572-81.2025.6.26.8000)

O que é?

Este projeto refere-se à participação do TRE-SP na criação da nova Política de Acessibilidade e Inclusão da Justiça Eleitoral. O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) compartilhou a minuta da nova norma e solicitou ao TRE-SP uma análise técnica. O objetivo foi utilizar a experiência do Regional para identificar falhas e propor melhorias no texto, garantindo que a futura resolução seja mais completa, segura e eficiente na eliminação de barreiras para pessoas com deficiência.

A Coordenadoria de Gestão da Acessibilidade (COAIS) organizou uma força-tarefa. Diversas áreas do Tribunal (como Jurídica, Tecnologia e Engenharia) examinaram a proposta do TSE e apresentaram sugestões de melhorias de acordo com as suas especialidades.

[Voltar ao Sumário](#)

A atuação da Seção de Gestão da Acessibilidade e Inclusão (SEACCESS) foi pautada pela revisão crítica do texto, sugerindo inclusões, exclusões e ajustes de redação para garantir segurança jurídica, precisão técnica e alinhamento com normas internacionais. As principais sugestões apresentadas foram:

1. Acessibilidade Digital e Tecnológica (Art. 43 e seguintes)

A SEACCESS propôs detalhar requisitos técnicos específicos para garantir a efetividade da acessibilidade digital, como:

- **Padrões Internacionais:** Sugeriu citar explicitamente as diretrizes internacionais WCAG (Web Content Accessibility Guidelines) do W3C e o Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (eMAG) como referências obrigatórias.
- **Especificações Técnicas:**
 - **Contraste e Cores:** Vedação expressa do uso de cor como único meio de transmitir informações, garantindo que pessoas daltônicas ou cegas não percam conteúdo;
 - **Ampliação de Texto:** Exigência de que o conteúdo permita ampliação de até 200% sem perda de funcionalidade ou legibilidade;
 - **Testes com Usuários Reais:** Sugeriu alterar a redação para tornar obrigatório o teste com "pelo menos uma pessoa usuária de software leitor de tela", garantindo que a validação não seja apenas automática, mas funcional.

2. Capacitação e Sensibilização (art. 6º)

A unidade identificou uma lacuna importante na minuta original referente ao treinamento de quem lida diretamente com o público, razão pela qual propôs:

- **Inclusão de Novos Atores:** Propôs a inclusão de um dispositivo específico para tornar obrigatória a "capacitação e sensibilização de

[Voltar ao Sumário](#)

mesárias, mesários e apoios logísticos". A justificativa é que a política não pode focar apenas nas servidoras e servidores internos, mas deve preparar a força de trabalho voluntária que atende o eleitor no dia do pleito.

3. Acessibilidade em Documentos (Art. 46)

A SEACCESS reforçou a necessidade de acessibilidade em arquivos distribuídos:

- **PDFs Acessíveis:** Sugeriu redação para garantir que documentos em PDF (como publicações institucionais) sejam pesquisáveis, tenham caracteres selecionáveis e contenham tags de estrutura (cabeçalhos, parágrafos), permitindo a navegação correta por leitores de tela;
- **OCR Obrigatório:** Alertou sobre a necessidade de processamento por OCR (Reconhecimento Óptico de Caracteres) para evitar que imagens de texto (prints ou digitalizações simples) sejam barreiras para pessoas cegas.

4. Ajustes Terminológicos e Conceituais

A Seção propôs também alterações no texto para adequá-lo à linguagem inclusiva e técnica correta:

- **Terminologia Inclusiva:** Substituição de termos como "usuário" por "pessoa usuária" e "doadores" por "pessoas doadoras";
- **Correções Técnicas:** Padronização da grafia da palavra "Braille" (com inicial maiúscula) e remoção do itálico da palavra "software", já incorporada ao vocabulário;
- **Linguagem Simples:** Sugestão para que a organização visual para pessoas com deficiência cognitiva utilize expressamente à "linguagem simples".

Coube também à SEACCESS compilar e harmonizar as sugestões técnicas enviadas pelas demais áreas do Tribunal.

Período de execução:

Este projeto foi marcado pela urgência e por um prazo exíguo para análise e manifestação. O Ofício-Circular do TSE foi assinado em 10 de julho de 2025 e o TRE-SP enviou sua resposta oficial (Ofício nº 1.346/2025) no dia 21 de julho de 2025.

Resultado:

O produto deste processo foi o envio do Ofício TRE-SP n. 1.346/2025 ao Diretor-Geral do TSE. Este documento oficializou a entrega da colaboração paulista, garantindo que a futura resolução nacional contemple as realidades operacionais e as inovações técnicas identificadas pela equipe especializada do TRE-SP (SEACCESS/COAIS) e demais unidades técnicas.

Status:

Concluído.

14) Propostas de emendas ao normativo referente à Política de Desenvolvimento de Coleções da Biblioteca do TRE-SP (Referência: Processo SEI nº 0047065-44.2025.6.26.8000)

O que é?

O projeto consiste na institucionalização da Política de Desenvolvimento de Coleções da Biblioteca do TRE-SP, formalizada por meio de uma minuta de Resolução proposta pela Seção de Biblioteca (SEBBL).

O objetivo central é estabelecer diretrizes claras e critérios qualitativos e quantitativos para a gestão do acervo bibliográfico, abrangendo desde a seleção e aquisição até a preservação e o descarte de obras.

A atuação da Seção de Gestão da Acessibilidade e Inclusão (SEACCESS) foi de natureza técnica e revisora, focada em alinhar a minuta de resolução

aos princípios da Lei Brasileira de Inclusão (LBI) e às normas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)

Resultado:

A unidade analisou o texto proposto pela Secretaria de Gestão da Informação e Documental (SGID) e apresentou uma série de emendas aditivas e modificativas para garantir que a gestão do acervo bibliográfico contemple a eliminação de barreiras informacionais e tecnológicas.

1. Exigência de OCR e Camada de Texto Pesquisável: A contribuição mais técnica e impactante da SEACCESS foi a proposição de que documentos digitais possuam camada de texto pesquisável (OCR - Reconhecimento Óptico de Caracteres).

Depósito de Produção Intelectual: A unidade propôs que teses, dissertações e monografias sejam obrigatoriamente depositadas em

- formato digital acessível com OCR, vedando o uso de arquivos apenas digitalizados como imagem, que são ilegíveis por leitores de tela.
- Biblioteca Digital: Foi proposta a inserção de um parágrafo vedando a incorporação de documentos ao acervo digital que não sejam compatíveis com softwares de leitura de tela, exceto em casos de itens de valor histórico. Para estes itens históricos tecnicamente inviáveis de converter, a SEACCESS sugeriu a obrigatoriedade de meios alternativos, como transcrição textual ou audiodescrição.

2. Critérios Rígidos para Descarte de Obras Físicas: A SEACCESS propôs uma alteração no critério de descarte de materiais impressos. A sugestão foi condicionar o descarte à existência de uma versão digital que seja comprovadamente acessível.

- Justificativa: A unidade argumentou que descartar um livro físico em favor de um arquivo digital sem OCR criaria uma barreira de acesso, violando o "Princípio da Proibição do Retrocesso Social".

[Voltar ao Sumário](#)

3. Inserção de Princípios e Diretrizes na Norma: A unidade sugeriu alterações no texto-base para elevar a acessibilidade de uma recomendação para um dever institucional:

- Objetivos (Art. 3º): Acrescentar a garantia expressa da "eliminação de barreiras informacionais e tecnológicas" ao objetivo de desenvolvimento socioambiental;
- Princípios (Art. 4º): Inserir o princípio da "Acessibilidade informacional plena", definido como a promoção do acesso autônomo mediante uso de tecnologias assistivas.
- Diretrizes (Art. 31): Reformular o artigo para garantir não apenas a disponibilidade de softwares leitores de tela, mas a adoção de formatos acessíveis como regra para novas aquisições digitais

4. Atualização Tecnológica: Foi proposta a alteração no artigo sobre a revisão da política (Art. 48), para assegurar que os critérios de acessibilidade sejam atualizados periodicamente em resposta a mudanças normativas ou inovações tecnológicas, evitando a obsolescência da norma.

Período de execução:

O trâmite administrativo para a validação da proposta ocorreu entre novembro e dezembro de 2025, período em que as diversas secretarias foram consultadas.

Status:

Concluído.

15) Apresentação do relatório “Capacitação dos Coordenadores e das Coordenadoras de Acessibilidade”, como resultado do III Encontro de Acessibilidade e Inclusão da Justiça Eleitoral (Referência: Processo SEI nº 0003241-35.2025.6.26.8000)

O que é?

O projeto consistiu na elaboração, apresentação e entrega do relatório final intitulado “Capacitação dos Coordenadores e das Coordenadoras de Acessibilidade”, resultante de ação interinstitucional desenvolvida no contexto do 3º Encontro de Acessibilidade e Inclusão da Justiça Eleitoral, realizado no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em dezembro de 2024.

O Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo integrou o Grupo de Trabalho 2 (GT 2), com a participação da servidora Gabriela Aparecida Fabre Augusto e do servidor William Hardt Souza, ambos da SEACCESS, atuando de forma colaborativa com representantes dos Tribunais Regionais Eleitorais do Amazonas (TRE-AM), do Distrito Federal (TRE-DF) e de Sergipe (TRE-SE).

O relatório foi elaborado com base em pesquisa realizada com 15 Tribunais Regionais Eleitorais (TREs) sobre os principais aspectos que envolvem a convocação e atuação dos Coordenadores e das Coordenadoras de Acessibilidade nas Eleições.

A consulta teve como objetivo mapear perfil, atribuições e necessidades dos coordenadores de acessibilidade. Seu foco final foi subsidiar a padronização nacional de procedimentos e treinamentos.

Resultado:

Indicadores e Diagnóstico da Atuação

Categoria	Dado Estatístico	Observação Importante
Acúmulo de Funções	60% dos coordenadores	Realizam outras tarefas de apoio logístico, o que prejudica a dedicação exclusiva.
Orientação ao Eleitor	100% dos respondentes	Atividade realizada por todos os coordenadores no dia do pleito.
Uso de Checklist	46,67% utilizam	Menos da metade realiza vistorias prévias formais (lacuna de padronização).
Capacitação Geral	86,67% treinados	A maioria recebe algum treinamento, mas o formato é variável.
Uso de Vídeo/EAD	40% têm acesso	Baixa utilização de recursos digitais; oportunidade de expansão.
Identificação Visual	80% utilizam recursos	Uso de crachás ou coletes, porém sem padrão unificado nacionalmente.

[Voltar ao Sumário](#)

Período de execução:

Abril a julho de 2025.

Status:

Concluído (relatório finalizado e encaminhado ao TSE por meio do Ofício TRE-SP n. 1.052/2025).

16) Participação no II Encontro Nacional dos Direitos de Pessoas com Deficiência (Referência: Processo SEI 0027380-51.2025.6.26.8000)



#PraTodosVerem: Foto do servidor Francisco Fernandes e da servidora Caroline Mascarenhas representando o TRE-SP no evento II Encontro Nacional do Comitê dos Direitos de Pessoas com Deficiência no Âmbito Judicial realizado no Tribunal Superior do Trabalho.

O que é?

A Seção de Gestão da Acessibilidade e Inclusão (SEACCESS) participou diretamente do evento, enviando um de seus integrantes para Brasília/DF. O servidor Francisco Eudivan Fernandes, lotado na seção e membro da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão (CPAI), foi designado para representar o tribunal no evento realizado nos dias 25 e 26 de agosto de 2025, juntamente com a servidora Caroline Mascarenhas, que veio posteriormente a ser nomeada como Chefe da SEACCESS.

A indicação do servidor Francisco atendeu ao critério estipulado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que solicitou a presença de servidor com deficiência integrante do setor de acessibilidade, reforçando o lema "Nada sobre nós, sem nós".

O evento serviu para atualizar a equipe da SEACCESS sobre temas cruciais que estão em fase de votação no Conselho Nacional de Justiça, especificamente a nova Política Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência e o Protocolo para Julgamento sob a Perspectiva da Pessoa com Deficiência.

Resultado:

A presença da SEACCESS permitiu a troca de experiências com outros órgãos, uma vez que o evento reuniu 244 participantes e discutiu a criação de um repositório nacional de soluções em acessibilidade.

Período de execução:

Agosto a setembro de 2025.

Status:

Concluído.

[Voltar ao Sumário](#)

Onde encontrar:

II Encontro Nacional dos Direitos de Pessoas com Deficiência (CNJ)

[Voltar ao Sumário](#)

[25/8/2025 \(manhã\)](#)

[25/8/2025 \(tarde\)](#)

[26/8/2025 \(manhã\)](#)

[26/8/2025 \(tarde\)](#)

17) Participação no Fórum Paulista de Articulação para Inclusão e Acessibilidade das Pessoas com Deficiência (Referência: Processo SEI 0044654-96.2023.6.26.8000)

O que é?

O Fórum Paulista de Articulação para Inclusão e Acessibilidade das Pessoas com Deficiência é um grupo que reúne agentes públicos e privados de significativa representatividade. Com o propósito de fortalecer a causa da pessoa com deficiência, o Fórum promove o intercâmbio de notícias, informações e melhores práticas entre seus membros, todos situados no Estado de São Paulo.

O objetivo central é aproximar os atores do setor para acelerar ações inclusivas e criar sinergia para atuações conjuntas de alto impacto.

A atuação permite ao TRE-SP não apenas compartilhar suas boas práticas (como a Central de Libras e os projetos de eleições acessíveis), mas também internalizar conhecimentos de ponta sobre acessibilidade digital e direitos humanos, fortalecendo a rede de proteção à pessoa com deficiência no estado de São Paulo.

Resultado:

A Coordenadoria de Acessibilidade, Inovação e Sustentabilidade do TRE-SP integrou as discussões estratégicas que foram desmembradas em três eixos principais para o ano de 2025, contribuindo para as seguintes entregas:

Eixo 1: Capacitação e Enfrentamento à Violência (Cultura Inclusiva): A coordenadoria atuou na disseminação e absorção de conhecimentos gerados pelo Fórum, com destaque para a pauta do enfrentamento à violência.

Ação Concreta: O TRE-SP participou ativamente da divulgação e do Workshop “Combate à Violência contra Pessoas com Deficiência”, realizado em 26 de maio de 2025. O evento, coordenado pelo TJSP no âmbito do Fórum, foi assistido por mais de 560 pessoas e debateu a cartilha "[Violência contra Pessoas com Deficiência: você sabe como evitar, identificar e denunciar?](#)

Eixo 2: Mobilidade Urbana e Transporte Acessível: O Tribunal acompanhou os trabalhos deste GT, coordenado pela representante da Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência (SMPED), focado na fiscalização de calçadas e transporte.

Ação Concreta: O grupo elaborou representações formais sobre calçadas inacessíveis para serem encaminhadas ao Ministério Público (MPSP), à Associação Paulista de Municípios e à União de Vereadores.

Evento: A coordenadoria apoiou a realização da reunião pública online em 29 de setembro de 2025, voltada à capacitação de Conselhos Municipais para cobrar do Poder Público a acessibilidade em calçadas.

Eixo 3: Novas Tecnologias e Acessibilidade Digital: Este foi um eixo estratégico para o TRE-SP, considerando suas metas de acessibilidade na web.

Seminário de Acessibilidade Digital: A coordenadoria colaborou na divulgação e participação no seminário "[Acessibilidade Digital: Interfaces,](#)

[Normas e Direitos](#)", realizado em 13 de junho de 2025 na Câmara Municipal de São Paulo. O evento discutiu barreiras digitais e a aplicação de normas técnicas.

[Voltar ao Sumário](#)

Diagnóstico Digital: O Fórum desenvolveu formulários para mapear o estágio de acessibilidade digital das entidades participantes (um para áreas de TI e outro para servidores com deficiência).

Por fim, o Fórum foi essencial para ajudar o laboratório de inovação do TRE-SP a entrar em contato com pessoas com deficiências para o projeto "Cada voto conta! Acessibilidade eleitoral para todas as pessoas com deficiência", que será tratado mais adiante neste relatório.

Período de execução:

O processo segue ativo, com o registro de atas de reuniões ocorridas ao longo do ano de 2025, monitoradas pela Coordenadoria de Gestão da Acessibilidade, Inovação e Sustentabilidade (COAIS).

18) Contribuição ao 2º Prêmio de Responsabilidade Social do Poder Judiciário (Referência: Processo SEI 0058822-69.2024.6.26.8000)

O que é?

O "2º Prêmio de Responsabilidade Social do Poder Judiciário e Promoção da Dignidade", instituído pela [Resolução CNJ nº 513/2023](#), buscou premiar ações e projetos nas seguintes categorias: Responsabilidade Social do Poder Judiciário; Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas; Promoção da Inclusão Social e Combate à Discriminação; e Promoção do Trabalho Decente.

No âmbito do processo de seleção de iniciativas a Seção de Gestão da Acessibilidade e Inclusão (SEACESS) atuou proativamente na identificação, curadoria e formalização das boas práticas de inclusão do Tribunal.

Resultados:

Sob a coordenação da Coordenadoria de Gestão da Acessibilidade, Inovação e Sustentabilidade, a unidade foi responsável pela análise técnica de aderência ao edital e pela inscrição de três práticas estratégicas fundamentais para a imagem institucional do TRE-SP:

- Cartilha de Acessibilidade para as Eleições;
- Projeto Libras nas Eleições (incluindo a Central de Intermediação em Libras - CIL); e
- Rodas de Conversa e Diálogos Transformadores.

Status:

Concluído.

19) Prêmio CNJ de Qualidade 2025 (Referência: Processo SEI 0041254-40.2024.6.26.8000)

O que é?

O projeto consistiu na instrução e organização documental para a participação do TRE-SP no Prêmio CNJ de Qualidade – Edição 2025, regulamentado pela Portaria CNJ n. 411/2024.

No âmbito do Eixo Governança, a Seção de Gestão da Acessibilidade e Inclusão (SEACESS) foi responsável pelo levantamento e sistematização de evidências relativas ao cumprimento dos requisitos do art. 9º, inciso XIV, que avalia ações de acessibilidade, inclusão e linguagem simples.

Os principais critérios sob responsabilidade da unidade foram:

- Acessibilidade Comunicacional: Realização de eventos com recursos de Libras, legendagem e audiodescrição;

[Voltar ao Sumário](#)

- Acessibilidade Tecnológica: Disponibilização de tecnologias assistivas para pessoas com deficiência visual;
- Capacitação: Realização de ações formativas e alcance dos percentuais mínimos exigidos;
- Linguagem Simples: Implementação de projetos voltados à simplificação da comunicação institucional.

Resultados:

- Capacitação: Mapeamento e comprovação de 17 ações formativas na temática de acessibilidade e inclusão, com alcance de 12,22% de servidores e servidoras capacitadas, superando o percentual mínimo exigido pelo CNJ.
- Acessibilidade Comunicacional: Comprovação de que 85% dos eventos institucionais contaram com recursos de acessibilidade, acima da meta mínima de 70%.
- Acessibilidade Tecnológica: Demonstração da disponibilidade de tecnologias assistivas, como leitores de tela, ampliadores, ferramentas de contraste e softwares de legendagem automática.

Período de execução:

Janeiro a agosto de 2025

Status:

Concluído.

20) Abordagem da Acessibilidade e Inclusão no INSERE 2025

O que é?

O INSERE é o programa de acolhimento organizado pela Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP), com o objetivo de receber, integrar e preparar

[Voltar ao Sumário](#)

os novos servidores e as novas servidoras que tomam posse na Justiça Eleitoral de São Paulo.

A Coordenadoria de Gestão da Acessibilidade, Inovação e Sustentabilidade participou de duas edições do evento para apresentar as áreas de Acessibilidade e Inclusão, Sustentabilidade e Inovação. O objetivo foi mostrar como a Justiça Eleitoral trabalha para garantir direitos e acolher todas as pessoas.

Resultado:

A participação da COAIS ressaltou a importância da Acessibilidade e Inclusão no âmbito da Justiça Eleitoral paulista, fortalecendo uma cultura organizacional voltada para a sensibilização e para a prática do respeito e da cidadania.

Período de execução:

7 e 8 de agosto: 1ª turma (técnicos).

14 e 15 de agosto: 2ª turma (técnicos).

Status:

Concluído.

21) Contribuição para Curso para Capacitação Nacional da Magistratura sobre diretrizes de Acessibilidade e Inclusão de Magistradas e Magistrados da Justiça Eleitoral

O que é?

A Escola Judiciária do Tribunal Superior Eleitoral (EJE/TSE) disponibilizou curso de formação continuada em acessibilidade e inclusão, para magistradas e magistrados da Justiça Eleitoral, em atendimento às

[Voltar ao Sumário](#)

diretrizes respectivas estabelecidas pela Resolução CNJ n. 401/2021 e pelas Resoluções do TSE.

O curso teve carga horária de 20 horas-aula, na modalidade à distância, com atividades síncronas e assíncronas disponibilizadas na plataforma EaD da EJE/TSE.

No âmbito do TRE-SP o curso foi divulgado pela Coordenadoria da Escola Judiciária Eleitoral Paulista (COEJEP), através de publicação de Linha Direta n. 121/2025 (Secretaria), n. 141/2025 (Capital) e n. 136/2025 (Interior).

Período de execução:

A primeira turma do curso teve início no dia 06/05/2025. A segunda turma do curso teve início no dia 02/06/2025.

Resultado:

A contribuição do TRE-SP contou com a participação da servidora Gabriela Fabre, então Chefe da SEACCESS, na produção de um arquivo audiovisual sobre dois projetos da instituição voltados às diretrizes de acessibilidade nas Eleições:

- Programa de Pesquisa de Vistoria de Acessibilidade nos Locais de Votação;
- Programa de Transporte de Eleitores.

Complementarmente, foram enviados documentos elaborados pela Seção de Gestão de Acessibilidade e Inclusão para orientar os servidores e servidoras durante o processo de vistoria, incluindo:

- Formulário guia para vistoria;
- Cartilha orientativa para a realização da pesquisa;
- Documento de FAQ (Perguntas Frequentes).

Status:

Concluído.

22) Estudo prévio para Aquisição de Camisetas para as Eleições 2026 (Referência: Processo SEI 0009713-52.2025.6.26.8000)

O que é?

O projeto visa à contratação de empresa para o fornecimento de camisetas destinadas à identificação visual padronizada das colaboradoras e colaboradores que atuarão no apoio logístico, na coordenação de acessibilidade e no apoio em Libras durante o pleito eleitoral de 2026.

Sob a perspectiva da acessibilidade e da inclusão, a iniciativa cumpre função estratégica ao dar visibilidade aos Coordenadores e Coordenadoras de Acessibilidade e aos apoios com conhecimento em Libras, facilitando sua pronta identificação nos locais de votação e, conseqüentemente, o adequado acolhimento e a orientação das eleitoras e eleitores com deficiência.

Com o objetivo de auxiliar a Seção de Gestão de Almoxarifado na adequada instrução do processo de aquisição, a Seção de Gestão da Acessibilidade e Inclusão (SEACESS), no exercício de 2025, realizou estudo técnico aprofundado acerca de tamanhos e medidas de vestuário.

A iniciativa buscou sanar queixas registradas por colaboradoras e colaboradores em pleitos anteriores, especialmente nas Eleições de 2024, quando as tabelas de medidas adotadas não correspondiam à vestibilidade real de mercado, resultando em peças excessivamente pequenas.

A ação teve como finalidade reduzir reclamações dessa natureza e prevenir situações de potencial discriminação contra colaboradoras e colaboradores de maior estatura ou pessoas obesas, assegurando o respeito à diversidade de biotipos, em consonância com o princípio da não discriminação.

[Voltar ao Sumário](#)

O estudo técnico conduzido fundamentou-se em normas da ABNT e da ISO, notadamente a NBR 13377:2018, a NBR 15800:2016 e a ISO 3635:2009.

Resultados:

Categoria	Detalhamento e Quantitativos	Critérios Estratégicos
Quantitativos e Projeções	13.750 unidades (Coordenadores de Acessibilidade) e 3.500 unidades (Apoios em Libras).	Baseado na curva histórica de crescimento + 10% de reserva técnica.
Grade de Tamanhos	Modelagem Unissex com foco em inclusão.	Reforço estratégico em tamanhos Plus Size (G1 a G5) para garantir vestibilidade.
Ajuste de Perfil	68% do público é feminino; 63% da compra concentrada em M e G.	Distribuição percentual ajustada conforme o perfil real do quadro funcional.

Período de execução:

Novembro a dezembro de 2025.

Status:

Concluído. Proposta técnica concluída e encaminhada em dezembro de 2025 à Secretaria de Administração de Material (SAM), para avaliação de viabilidade técnica e orçamentária.

23) Relatório de Atividades 2024/2025 (Referência: Processo SEI 0029782-08.2025.6.26.8000)

O que é?

Trata-se de documento institucional elaborado pela Secretaria de Comunicação Social (SECOM), com a finalidade de apresentar uma visão abrangente das diversas áreas de atuação do Tribunal, assegurando transparência à gestão e fortalecendo a credibilidade da Justiça Eleitoral Paulista junto à sociedade.

No âmbito desse projeto, a Seção de Gestão da Acessibilidade e Inclusão (SEACCESS) foi responsável pelo levantamento, sistematização e encaminhamento de dados qualitativos e quantitativos relativos às ações de acessibilidade, inclusão e cidadania desenvolvidas pelo Tribunal, com ênfase nas Eleições 2024 e nas atividades desenvolvidas pela Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão.

Resultados:

A publicação final do relatório consolidou informações relevantes sobre a gestão da acessibilidade, compreendendo o período de 1º de janeiro de 2024 a 30 de outubro de 2025, com destaque para:

- Eleições 2024: Registro de que 92% dos eleitores aprovaram a organização e a acessibilidade dos locais de votação, além da ampliação da Central de Intermediação em Libras (CIL) para todo o Estado de São Paulo;
- Projetos de Cidadania: Consolidação dos dados de participação do TRE-SP no projeto Pop Rua Jud, totalizando 2.347 pessoas atendidas apenas no período de janeiro a setembro de 2025;
- Materiais Educativos: Divulgação do desenvolvimento da Cartilha de Acessibilidade e do Guia Rápido em linguagem simples para capacitação de colaboradores.

Período de execução:

Julho a dezembro de 2025.

[Voltar ao Sumário](#)

Status:

Concluído.

24) Meta 9 CNJ: “Cada voto conta! Acessibilidade eleitoral para todas as pessoas com deficiência” (Referência: Processo SEI 0016121-59.2025.6.26.8000)

O que é?

O TRE-SP, através de seu laboratório de inovação (Sampalab) e em parceria com os laboratórios de inovação do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (Liods-MG) e da Justiça Federal de São Paulo (iJusPLab), conduziu o projeto estratégico "Cada voto conta! Acessibilidade eleitoral para todas as pessoas com deficiência", alinhado à Meta 9 do CNJ.

O projeto focou em como superar as dificuldades enfrentadas pelo eleitorado com deficiência para exercer plenamente seus direitos eleitorais, para promover a inclusão e o aprimoramento contínuo dos serviços públicos.

Cada voto conta: acessibilidade eleitoral para todas as pessoas com deficiência

Objetivo

Projeto de Inovação desenvolvido em parceria entre três laboratórios de inovação do Poder Judiciário (SampaLab/TRE-SP, LIODS-MG/TRE-MG e iJuspLab/JFSP) para cumprimento da Meta 9 do CNJ/2025.

Problema

Lacunas normativas que, embora não intencionalmente discriminatórias, criam barreiras concretas ao pleno exercício do direito ao voto por pessoas com deficiência.

Impacto

O aperfeiçoamento normativo proposto representa uma oportunidade institucional para transformação estrutural do processo eleitoral brasileiro, com contribuição direta para o alcance dos seguintes Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030: ODS 10: Redução das Desigualdades e ODS 16: Paz, Justiça e Instituições Eficazes.

Metodologia

O projeto foi desenvolvido com uso de metodologia inovadora e participativa, com uso do Design Thinking, pesquisas estruturadas com usuários e validação prevista junto a pessoas com deficiência, coordenadores de acessibilidade e especialistas, garantindo legitimidade e adequação das soluções apresentadas.

Soluções entregues

1. Revisão sistemática dos dispositivos normativos da Resolução TSE no 23.736/2024;
2. Cotejo com legislação superior: CRFB/88, Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei no 13.146/2015) e convenções internacionais sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência;
3. Identificação de lacunas, inconsistências e barreiras normativas ao pleno exercício do direito ao voto;
4. Validação externa mediante pesquisa estruturada com usuários, via Google Forms;
5. Elaboração de propostas de aperfeiçoamento normativo fundamentadas em princípios do desenho universal e da adaptação razoável.

Resultado esperado

Garantia do pleno exercício do direito fundamental ao voto por pessoas com deficiência, em condições de igualdade com as demais pessoas, conforme assegurado pela Constituição Federal e Convenções Internacionais sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. O aperfeiçoamento normativo beneficiará diretamente milhões de eleitores e eleitoras com deficiência em todo território nacional.

#PraTodosVerem: Infográfico intitulado "Cada voto conta: acessibilidade eleitoral para todas as pessoas com deficiência". O conteúdo está organizado em blocos coloridos, cada um abordando um aspecto do projeto. **Objetivo (Azul):** Descreve o projeto de Inovação em parceria entre laboratórios do Poder Judiciário (SampaLab/TRE-SP, LIODS-MG/TRE-MG e iJuspLab/JFSP) para cumprir a Meta 9 do CNJ/2025. **Problema (Azul):** Indica as lacunas normativas que, mesmo não sendo intencionalmente discriminatórias, criam barreiras concretas para o pleno exercício do direito ao voto por pessoas com deficiência. **Impacto (Verde-água):** O aperfeiçoamento proposto contribuirá para a transformação estrutural do processo eleitoral e para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

[Voltar ao Sumário](#)

da Agenda 2030, especificamente ODS 10 (Redução das Desigualdades) e ODS 16 (Paz, Justiça e

Instituições Eficazes). Metodologia (Amarelo): O projeto foi desenvolvido de forma inovadora e participativa, utilizando Design Thinking, pesquisas estruturadas com usuários e validação prévia junto a pessoas com deficiência e especialistas. Soluções Entregues (Rosa): Revisão sistemática de dispositivos normativos (Resolução TSE n. 23.736/2024). Cotejo com legislação superior (CRFB/88, Estatuto da Pessoa com Deficiência) e convenções internacionais. Identificação de lacunas e inconsistências. Validação externa mediante pesquisa estruturada com usuários. Elaboração de propostas de aperfeiçoamento normativo com base em princípios de desenho universal e adaptação razoável. Resultado Esperado (Rosa): Garantia do pleno exercício do direito fundamental ao voto por pessoas com deficiência, em condições de igualdade. O aperfeiçoamento normativo beneficiará milhões de eleitores em todo o território nacional.

Resultado:

A conclusão do projeto foi marcada pela entrega de uma robusta contribuição técnica ao TSE, com a revisão e proposição de aprimoramento da resolução de atos gerais, apresentando sugestões concretas para remover barreiras legais e otimizar os procedimentos de voto para o eleitorado com deficiência, de forma a elevar a segurança jurídica e a igualdade de condições no acesso aos direitos eleitorais.

Para mais informações acesse a [Plataforma Renovajud](#).

Período de execução:

Março a dezembro de 2025.

Status:

Concluído (Soluções Entregues).

25) Selo “Tribunal Amigo da Pessoa Idosa” (Referência: Processo SEI 0046543-85.2023.6.26.8000 e 0033489-81.2025.6.26.8000)



#PraTodosVerem: A imagem é o selo "Tribunal Amigo da Pessoa Idosa". Ele apresenta a representação em branco de um casal de pessoas idosas (um homem e uma mulher) em um fundo verde-oliva, que é sustentado por uma mão aberta na mesma cor. No canto inferior direito, vê-se a marca do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

O que é?

O selo instituído pela [Portaria CNJ nº 400/2024](#) é concedido a órgãos da Justiça que demonstrem a implementação de medidas efetivas para assegurar prioridade de atendimento e respeito aos direitos dos idosos, conforme o Estatuto da Pessoa Idosa.

Neste sentido, a SEACCESS analisou a Resolução CNJ nº 520/2023 e identificou que a existência de um comitê específico era um requisito obrigatório (art. 16, IV) para a obtenção do selo. Desse modo, propôs formalmente a criação do Comitê para a Promoção de Políticas Públicas Judiciais de Atenção às Pessoas Idosas, o que se concretizou.

Além disso, a unidade articulou a política da pessoa idosa com a política de acessibilidade já existente (Resolução TRE-SP nº 503/2020), aproveitando a expertise em inclusão de pessoas com deficiência para aplicar soluções semelhantes (como linguagem simples e acessibilidade digital) em benefício das pessoas idosa.

Ainda, o Tribunal como um todo promoveu capacitações e ações educativas que abordam os direitos da pessoa idosa e o combate ao

[Voltar ao Sumário](#)

etarismo (ex. Curso EAD "Direitos Humanos, Gênero, Raça e Etnia" e Diálogos Transformadores 2025 – Etarismo), seja para o público interno, seja para a sociedade em geral.

O TRE-SP também se preocupa em garantir canais de atendimento preferencial e especializado para a população idosa, em conformidade com a Resolução CNJ nº 520/2023. Essa prioridade é assegurada por meio de diferentes sistemas e protocolos de atendimento nas suas unidades.

Resultado:

Em outubro de 2025, o TRE-SP foi contemplado com o selo “Tribunal Amigo da Pessoa Idosa”, concedido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em Brasília.

O Tribunal recebeu a nota de 88,86, alcançando o décimo lugar na classificação geral.

O projeto foi integrado ao documento de "Valor Público" da Coordenadoria de Gestão da Acessibilidade, Inovação e Sustentabilidade (COAIS), formalizando o compromisso institucional de buscar o reconhecimento do CNJ como um tribunal que promove, na prática, a dignidade e a autonomia da pessoa idosa.

Período de execução:

Março a dezembro de 2025.

Status:

Concluído.

26) Selo de Qualidade Eleitoral do TSE



#PraTodosVerem: Fotografia de cinco pessoas em pé, lado a lado, em um palco formal, ao redor de uma placa com o escrito “Prêmio Justiça Eleitoral 2025”. Da esquerda para a direita, o Presidente do TRE-SP, Desembargador Silmar Fernandes; a servidora Soraya Dias, a Juíza Assessora da Presidência, Dra. Fernanda Colombini; a Secretária de Planejamento Estratégico e de Eleições, Regina Rufino, e o servidor Paulo Eberlein.

O que é?

O TRE-SP, no ano de 2025, conquistou o Selo de Qualidade Eleitoral na categoria Diamante. Este é o prêmio máximo entregue pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para reconhecer os regionais que realizam um trabalho de excelência e prestam o melhor serviço à sociedade.

Resultados:

A conquista do Selo destacou-se no eixo "Atendimento ao Cidadão", sendo impulsionada pela contribuição da Seção de Gestão da Acessibilidade e Inclusão (SEACCESS) nos seguintes projetos:

- Coordenadores e Coordenadoras de Acessibilidade: Gestão logística de 10 mil colaboradores voltados ao suporte e atendimento prioritário do eleitorado com deficiência;
- Cartilha desenvolvida para auxiliar os Cartórios Eleitorais no treinamento e capacitação dos Coordenadores e Coordenadoras de Acessibilidade para atuarem no dia das eleições, visando proporcionar e garantir que as pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida possam exercer seu direito ao exercício do voto com segurança, respeito e dignidade;
- Vistorias de Acessibilidade nos Locais de Votação: Mapeamento prévio de barreiras estruturais nos locais de votação de todo o Estado para adequação antecipada;
- Voz & Voto em Libras: Oferta de videochamadas em tempo real com intérpretes de Libras para o eleitorado surdo poder tirar dúvidas diretamente nos locais de votação;
- Projeto Programa de Penas e Medidas Alternativas: Disponibilização de vagas para cumpridores e cumpridoras de penas de prestação de serviços à comunidade, desempenhando um papel significativo na perspectiva social, assim como contribuindo para a reintegração do infrator à sociedade;
- Rodas de Conversa: Iniciativa buscou proporcionar um espaço de diálogo sobre a importância do enfrentamento ao assédio e à discriminação, por meio da atuação ativa do TRE-SP na promoção da equidade e respeito às diferenças, no enfrentamento à discriminação e ao assédio, bem como na promoção do bem-estar social.

[Voltar ao Sumário](#)

Período de execução:

Ciclo de 2025.

Status:

Concluído.

27) Diagnóstico Nacional sobre a atuação dos tribunais em relação à pauta LGBTQIAPN+ (Referência: Processo SEI 0017177-30.2025.6.26.8000)

O que é?

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ), reafirmando seu compromisso contínuo com o aprimoramento dos serviços prestados pelo Poder Judiciário, realizou o primeiro Diagnóstico Nacional sobre a atuação dos tribunais em relação à pauta LGBTQIAPN+, em conformidade com a [Resolução CNJ n. 582/2024](#), que instituiu o Fórum Nacional de Promoção dos Direitos das Pessoas LGBTQIAPN+.

O objetivo do diagnóstico – efetuado por meio do preenchimento de um Formulário pelos Tribunais - era identificar práticas, desafios e avanços já implementados, visando fortalecer a atuação institucional na promoção da igualdade, do respeito e da proteção dos direitos da população LGBTQIAPN+.

Resultado:

Diante das informações solicitadas, a SEACCESS fez um levantamento com diversas unidades do Tribunal sobre o tema, compilando os seguintes dados no Formulário do CNJ:

Existência de grupos de trabalho e/ou comissões de diversidade no Tribunal/Conselho:

- Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão - CPAI/TRE-SP

[Voltar ao Sumário](#)

Existência de materiais, cartilhas e ações desenvolvidas pelos Tribunais/Conselhos:

- [Dicionário de Terminologias – 2024](#)
- [Cartilha “Garantia e Respeito à Identidade das Pessoas Transgêneros”](#)

Políticas e boas práticas institucionais no âmbito do Tribunal/Conselho:

- [Calendário de Diversidade – 2025](#);
- [Calendário de Diversidade – 2024](#);
- [“Rodas de Conversa: combate ao assédio e à discriminação: LGBTQFobia - 2023”](#);
- “Diálogos Transformadores: enfrentando o assédio e as formas de discriminação - 2024 - [Videocast 3 - LGBTQFobia](#)”;
- Montagem de stand de atendimento do TRE-SP na Feira Cultural e Palco da Diversidade LGBTQ+ realizado no dia 8/6/2023 no Memorial da América Latina ([notícia veiculada no site do TRE-SP](#))
- Curso “Garantia e Respeito à Identidade das Pessoas Transgêneros” efetuado pela Escola Judiciária Eleitoral Paulista (EJEP)

Período de execução:

Maio de 2025.

Status:

Concluído.

28) Selo Linguagem Simples 2025 (Referência SEI: Processo SEI 0029775-16.2025.6.26.8000)



#PraTodosVerem: A imagem é o Selo de Linguagem Simples, nas cores azul e laranja.

O que é?

Trata-se do [Selo Linguagem Simples 2025](#), instituído pela [Portaria CNJ nº 191/2025](#), que tem como objetivo certificar tribunais, conselhos e escolas judiciais que se destacam em ações de linguagem simples e promovem uma comunicação mais clara, acessível e inclusiva, seguindo os eixos do Pacto Nacional do Judiciário pela Linguagem Simples.

O selo tem como finalidade reconhecer e estimular, em todos os segmentos da Justiça e graus de jurisdição, o uso de linguagem direta e compreensível a todas as cidadãs e cidadãos na produção de decisões judiciais e na comunicação geral com a sociedade.

A Linguagem Simples também está alinhada ao princípio da acessibilidade. Dessa forma, os tribunais são incentivados a ampliar recursos inclusivos, como o uso de Libras, audiodescrição e outras ferramentas que assegurem compreensão plena sempre que possível.

[Voltar ao Sumário](#)

As iniciativas inscritas em 2025 referem-se ao Pacto do Poder Judiciário pela Linguagem Simples, ao qual este Regional aderiu e que ensejou a celebração de acordo de cooperação técnica com o Conselho Nacional de Justiça para a promoção de ações visando ao fortalecimento da cultura de comunicação acessível no Poder Judiciário.

Nesse contexto, o TRE-SP inscreveu os seguintes projetos desenvolvidos internamente nos diversos eixos da premiação:

- Voz & Voto em Libras: Sinalizando Direitos e Garantindo Votos com a Central de Intermediação de Libras do TRE-SP (Eixo 5 - Articulação interinstitucional e social): A iniciativa funciona por meio de uma Central de Libras virtual, que oferece o serviço de mediação entre eleitores/eleitoras e intérpretes de Libras em tempo real por meio de videochamadas.
- Voz da Transparência (Eixo 2 - Brevidade nas comunicações): Formação de Porta-Vozes do TRE-SP: consiste em um programa de capacitação voltado à formação de porta-vozes internos para o TRE-SP. Por meio de um curso de media training, de um treinamento à distância e um manual para atendimento à imprensa.
- [Cartilha Linguagem Simples na Prática](#) (Eixo 1 - Simplificação da Linguagem dos Documentos): cartilha digital e interativa, que serve como um guia prático para a aplicação dos princípios da linguagem simples nos documentos e na comunicação;
- Oficina “Simples Mente - SGP” (Eixo 3 - Educação, Conscientização e Capacitação), regularmente ministrada pela Secretaria de Gestão de Pessoas para o público interno do TRE-SP;
- [Área do Mesário](#) (Eixo 4 - Tecnologia da Informação), disponibilizada no site do TRE-SP na internet, composta por diversas instruções em linguagem simples para as pessoas convocadas para atuar nas eleições ou que possuem interesse em ser convocadas;

Resultado:

O Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE-SP) recebeu, pelo segundo ano consecutivo, o Selo Linguagem Simples do Conselho Nacional de

[Voltar ao Sumário](#)

Justiça (CNJ). A cerimônia oficial de entrega ocorreu em 16 de dezembro de 2025, no 19º Encontro Nacional do Poder Judiciário.

O selo é concedido aos órgãos que alcançaram pontuação igual ou superior a 210 pontos, de um total de 350, conforme critérios estabelecidos na [Portaria CNJ nº 212/2025](#). Após avaliação dos integrantes da comissão julgadora, o TRE-SP atingiu a pontuação de 246,25, ficando em 8º lugar na classificação geral.

Período de execução:

Julho a dezembro de 2025.

Status:

Concluído.

29) Projeto “Justiça Eleitoral vai até você! Voto 60+”



#PraTodosVerem: Fotografia colorida em ambiente interno mostrando uma atividade de educação eleitoral. Em primeiro e segundo plano, há um grupo de pessoas, em sua maioria idosas, sentadas em cadeiras pretas. Elas participam de uma dinâmica segurando placas que reproduzem os botões da urna eletrônica. Em destaque no centro, um homem ergue uma placa verde de "CONFIRMA". Ao lado dele, uma mulher segura uma placa branca de "BRANCO" e, mais à direita, outra mulher tem no colo

[Voltar ao Sumário](#)

uma placa laranja de "CORRIGE". Outras pessoas ao fundo também exibem placas verdes. Atrás do grupo sentado, há três mulheres em pé observando. O cenário inclui um piso claro e, ao fundo, há um "banner" da Escola Judiciária Eleitoral Paulista (EJEP).

O que é?

O projeto é uma iniciativa da Escola Judiciária Eleitoral Paulista (EJEP) voltada a aproximar a Justiça Eleitoral da população da terceira idade. Seu principal objetivo é incentivar o exercício da cidadania e a participação política desse público, lembrando que, para eles, o voto é opcional (facultativo).

A ação funciona de forma itinerante, com a equipe do TRE-SP indo até escolas e centros de convivência para idosos. Durante esses encontros, são realizadas as seguintes atividades:

- Aulas práticas e teóricas: Rodas de conversa e palestras sobre cidadania e o funcionamento do processo eleitoral.
- Uso da urna: Atividades práticas que permitem aos idosos treinarem o voto na urna eletrônica.
- Combate a notícias falsas: Orientações e dicas importantes sobre como identificar desinformação e conteúdos falsos na internet.

Resultados:

O principal resultado do projeto "A Justiça Eleitoral vai até você! Voto 60+" foi a consolidação do seu alcance entre os anos de 2024 e 2025. Nesse período, o programa conseguiu impactar diretamente 375 pessoas idosas por meio de encontros realizados em escolas e centros de convivência.

Além disso, o projeto gerou um resultado positivo para a gestão do Tribunal: as ações realizadas foram incluídas, em janeiro de 2025, no sistema de gerenciamento de indicadores do TRE-SP (módulo de Acessibilidade e Inclusão) como medidas oficiais de promoção da inclusão.

Status:

[Voltar ao Sumário](#)

Em andamento.

30) Indicadores de Acessibilidade - Resolução CNJ n. 401/2021 – Ano-Base 2025

O que é?

Atividade que tem como objetivo a coleta de dados dos indicadores de acessibilidade do ano de 2025, presente no Anexo da [Resolução CNJ n° 401/2021](#), que posteriormente serão enviados para o Conselho Nacional de Justiça – CNJ, por meio do sistema informatizado PLS-Jud.

O Anexo da [Resolução CNJ n° 401/2021](#) contém, entre indicadores e perguntas objetivas, 42 itens atinentes a informações que versam sobre a temática da acessibilidade e inclusão. Todavia, será encontrada uma quantidade maior de itens, dado que no sistema PLS-Jud foram incluídos itens adicionais.

A comunicação com as Unidades responsáveis pela coleta dos dados foi feita via sistema, sendo enviado e-mail prévio a fim de auxiliá-los na informação e lançamento no sistema, com a disponibilização de Guia dos Indicadores com informações de cada indicador, bem como um manual de instrução e um vídeo explicativo com orientações sobre o lançamento dos dados no sistema.

VARIÁVEIS E INDICADORES DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

1. GESTÃO DA ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

1.1 MagP(PcD) - Quantidade de magistrados(as) com deficiência

[Voltar ao Sumário](#)

Definição: número total de magistrados(as) com deficiência no órgão ao final do período-base, somando-se todos os graus de jurisdição. Para os Conselhos, considerar todos os Conselheiros na presente variável, independentemente de serem ou não pertencentes à magistratura.

Unidade de medida: magistrados(as)

Periodicidade da apuração: anual

PLS-Jud: Preencher

Resultado TRE-SP 2025: 2

1.2 - TPEft/TPI (PcD) - Quantidade de servidores(as) com deficiência

Definição: número total de servidores(as) do quadro efetivo com deficiência. Considerar todos os servidores(as) efetivos, cedidos(as) ao órgão e requisitados(as) pelo órgão lotados ao final do período-base. Não são computados os(as) servidores(as) que saíram do órgão por cessão ou requisição e os(as) servidores(as) comissionados(as) sem vínculo.

Unidade de medida: servidores(as)

Periodicidade da apuração: anual

PLS-Jud: Preencher

Resultado TRE-SP 2025: 70

1.3 TPSV (PcD) - Quantidade de servidores(as) comissionados com ou sem vínculo com deficiência

Definição: número total de servidores(as) com deficiência que possuem cargo em comissão (CC) com ou sem vínculo com o órgão.

Unidade de medida: servidores(as) comissionados(as)

Periodicidade da apuração: anual

[Voltar ao Sumário](#)

PLS-Jud: Preencher

Resultado TRE-SP 2025: 0

1.4 TPFC (PcD) - Quantidade de servidores(as) com função comissionada com deficiência

Definição: número total de servidores(as) com função comissionada (FC) do quadro efetivo com deficiência.

Unidade de medida: servidores(as) com função comissionada

Periodicidade da apuração: anual

PLS-Jud: Preencher

Resultado TRE-SP 2025: 27

1.5 - TFAuxE (PcD) - Quantidade de estagiários(as) com deficiência

Definição: número total de estagiários(as) com deficiência lotados(as) no órgão ao final do período-base.

Unidade de medida: estagiários(as)

Periodicidade da apuração: anual

PLS-Jud: Preencher

Resultado TRE-SP 2025: 2

1.6 TFAuxT (PcD) - Quantidade de trabalhadores terceirizados(as) com deficiência

Definição: número total de terceirizados(as) com deficiência lotados(as) no órgão ao final do período-base.

[Voltar ao Sumário](#)

Unidade de medida: trabalhadores(as) terceirizados(as)

Periodicidade da apuração: anual

PLS-Jud: Preencher

Resultado TRE-SP 2025: 0

1.7 TFAuxC (PcD) - Quantidade de conciliadores(as) com deficiência

Definição: número total de conciliadores(as) com deficiência lotados(as) no órgão ao final do período-base.

Unidade de medida: conciliadores(as)

Periodicidade da apuração: anual

PLS-Jud: Preencher

Resultado TRE-SP 2025: N/A

1.8 TFAuxJL (PcD) - Quantidade de juízes(as) leigos(as) com deficiência

Definição: número total de juízes(as) leigos(as) com deficiência lotados(as) no órgão ao final do período-base.

Unidade de medida: juízes(as) leigos(as)

Periodicidade da apuração: anual

PLS-Jud: Preencher

Resultado TRE-SP 2025: N/A

1.9 TFauxSP (PcD) - Quantidade de trabalhadores(as) com deficiência que atuam em serventias judiciais privatizadas

[Voltar ao Sumário](#)

Definição: número total de trabalhadores(as) com deficiência que atuam em serventias privatizadas ao final do período-base.

Unidade de medida: trabalhadores(as)

Periodicidade da apuração: anual

PLS-Jud: Preencher

Resultado TRE-SP 2025: N/A

1.10 TFAuxV (PcD) - Quantidade de voluntários(as) com deficiência

Definição: número total de voluntários(as) com deficiência lotados(as) no órgão ao final do período-base.

Unidade de medida: voluntários(as)

Periodicidade da apuração: anual

PLS-Jud: Preencher

Resultado TRE-SP 2025: 0

A definição abaixo está relacionada ao item 1.10 informado acima

Em relação à quantidade de voluntários(as) com deficiência, em ano eleitoral, os mesários não podem ser considerados por serem poucos dias e uma situação legal específica.¹

1.11 TFAuxApr (PcD) - Quantidade de aprendizes com deficiência.

¹ <https://www.cnj.jus.br/gestao-da-justica/acessibilidade-e-inclusao/faq-resolucao-401/>

[Voltar ao Sumário](#)

Definição: número total de aprendizes com deficiência lotados(as) no órgão ao final do período-base. (Lei do Jovem Aprendiz – Lei n. 10.097/2000)

Unidade de medida: aprendizes

Periodicidade da apuração: anual

PLS-Jud: Preencher

Resultado TRE-SP 2025: 0

2. ACESSIBILIDADE EM SERVIÇOS

2.1 Proporção de servidores(as), com deficiência ou não, capacitados(as) nas temáticas de acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência

Definição: proporção de servidores(as), com deficiência ou não, capacitados(as) em cursos, realizados pelo órgão ou com outras instituições, nas temáticas sobre acessibilidade e inclusão em relação ao total de servidores(as) do órgão.

Fórmula 1: $QS1 / Serv$

Fórmula 2: $QS2 / Serv$

QS1 – Quantidade de servidores(as) (itens 1.2 + 1.3) com deficiência capacitados(as)

QS2 – Quantidade de servidores(as) sem deficiência capacitados(as)

Serv – Total de servidores(as): Total de pessoal do quadro efetivo + Total de pessoal que ingressou por cessão ou requisição + Total de pessoal comissionado sem vínculo efetivo (dados retirados do Relatório Justiça em Números)

Periodicidade da apuração: anual

[Voltar ao Sumário](#)

PLS-Jud: Preencher

Resultado TRE-SP 2025: 19,73%

2.1.1 - QS1 – Quantidade de servidores(as) (itens 1.2 + 1.3) com deficiência capacitados(as) nas temáticas de acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência

Para fins de cálculo deste indicador deve-se contabilizar o(a) servidor(a) que tenha feito curso sobre a temática acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência, mesmo que este não tenha sido realizado pelo Tribunal, podendo ser por outras instituições.²

Resultado TRE-SP 2025: 29

2.1.2- QS1 – Quantidade de servidores(as) sem deficiência capacitados(as) nas temáticas de acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência

Definição: Servidores(as) = Total de pessoal do quadro efetivo + Total de pessoal que ingressou por cessão ou requisição + Total de pessoal comissionado sem vínculo efetivo (dados retirados do Relatório Justiça em Números)

Unidade de medida: pessoas

Periodicidade da apuração: anual

PLS-Jud: Preencher

Resultado TRE-SP 2025: 744

² <https://www.cnj.jus.br/gestao-da-justica/acessibilidade-e-inclusao/faq-resolucao-401/>

2.2 Quantidade de cursos oferecidos na temática de acessibilidade e inclusão da pessoa com deficiência no ano-base

Definição: quantidade de cursos oferecidos pelo órgão ou em parceria com outras instituições sobre a temática de acessibilidade e inclusão.

Unidade de medida: cursos

Periodicidade da apuração: anual

PLS-Jud: Preencher

Resultado TRE-SP 2025: 20

2.3 Quantidade de vagas oferecidas em cursos na temática de acessibilidade e inclusão da pessoa com deficiência no ano-base.

Definição: quantidade de vagas ofertadas pelo órgão ou em parceria com outras instituições sobre a temática de acessibilidade e inclusão.

Unidade de medida: vagas

Periodicidade da apuração: anual

PLS-Jud: Preencher

Resultado TRE-SP 2025: 3.917

2.4 QLibrasServ - Quantidade de servidores(as) do Quadro de Pessoal Capacitados em Libras no período-base

Definição: quantidade de servidores(as) capacitados(as) em Libras, nos termos do Decreto n o 9.656/2018 (capacitação básica). Servidores(as) = Total de pessoal do quadro efetivo + Total de pessoal que ingressou por cessão ou requisição + Total de pessoal comissionado sem vínculo efetivo.

Unidade de medida: pessoas

Periodicidade da apuração: anual

[Voltar ao Sumário](#)

PLS-Jud: Preencher

Resultado TRE-SP 2025: 15

2.5 QLibrasAux – Quantidade de pessoas do quadro auxiliar capacitadas em Libras no período-base

Definição: quantidade de pessoas do quadro auxiliar (terceirizados(as), estagiários(as), juízes(as) leigos(as), conciliadores(as), voluntários(as) capacitadas em Libras, nos termos do Decreto no 9.656/2018 (capacitação básica).

Unidade de medida: pessoas

Periodicidade da apuração: anual

PLS-Jud: Preencher

Resultado TRE-SP 2025: 0

A definição abaixo está relacionada ao item 2.5 informado acima

Para fins de capacitação da força de trabalho terceirizada, pode-se apresentar certificado oriundo de cursos ofertados pela administração pública ou cursos pagos pelo próprio terceirizado.³

2.6.1 – QGt Quantidade total de gestores(as) Definição: é a quantidade total de gestores(as)

Unidade de medida: pessoas

Periodicidade da apuração: anual

³ <https://www.cnj.jus.br/gestao-da-justica/acessibilidade-e-inclusao/faq-resolucao-401/>

[Voltar ao Sumário](#)

PLS-Jud: Preencher

Resultado TRE-SP 2025: 611

2.6.2 – QGc Quantidade de gestores(as) capacitados(as)

Definição: é a quantidade de gestores(as) capacitados(as).

Unidade de medida: pessoas

Periodicidade da apuração: anual

PLS-Jud: Preencher

Resultado TRE-SP 2025: 257

2.6.3 Proporção de gestores(as) capacitados(as) nas temáticas de acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência

Definição: proporção da quantidade de gestores(as) capacitados(as) nas temáticas de acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência em relação à quantidade total de gestores(as) do órgão. Entende-se como gestor(a): servidores(as) nomeados(as) para o exercício de cargo em comissão ou designados(as) para função comissionada de natureza gerencial.

Fórmula: QGc / QGt

QGt – Quantidade total de gestores(as)

QGc - Quantidade de gestores(as) capacitados(as)

Unidade de medida: pessoas

Periodicidade da apuração: anual

PLS-Jud: Preencher

Resultado TRE-SP 2025: 42,06%

A definição abaixo está relacionada ao item 2.6.3 informado acima

A data a ser considerada para a quantidade total de capacitados(as) (QGc) é a do ano base. Já para a quantidade total de gestores (QGt), deve-se considerar 31 de dezembro do respectivo ano.⁴

2.7 Quantidade de servidores(as) capacitados(as) na unidade de Gestão de Pessoas para o pleno atendimento de pessoa com deficiência

Definição: quantidade de pessoas capacitadas para o pleno atendimento (no aspecto psicossocial) de pessoa com deficiência.

Unidade de medida: pessoas

Periodicidade da apuração: anual

PLS-Jud: Preencher

Resultado TRE-SP 2025: 1

2.8 Quantidade de servidores(as) capacitados(as) na unidade de Tecnologia da Informação capacitados(as) em normas de acessibilidade digital

Definição: quantidade de pessoas capacitadas em normas de acessibilidade digital (eliminação de barreiras na web). A acessibilidade digital pressupõe que os sítios eletrônicos sejam desenvolvidos de modo que todas as pessoas possam navegar e interagir de forma efetiva.

Unidade de medida: pessoas

Periodicidade da apuração: anual

PLS-Jud: Preencher

⁴ <https://www.cnj.jus.br/gestao-da-justica/acessibilidade-e-inclusao/faq-resolucao-401/>

[Voltar ao Sumário](#)

Resultado TRE-SP 2025: 0

2.9 Quantidade de servidores(as) capacitados(as) na unidade de Engenharia e/ou Arquitetura capacitados(as) em normas de acessibilidade urbanística e arquitetônica

Definição: quantidade de pessoas capacitadas em normas de acessibilidade urbanística e arquitetônica

Unidade de medida: pessoas

Periodicidade da apuração: anual

PLS-Jud: Preencher

Resultado TRE-SP 2025: 2

2.10 Quantidade de ações de sensibilização com objetivo de fomentar mudanças atitudinais que favoreçam a ampliação da acessibilidade e inclusão

Definição: quantidade de ações que promovam a sensibilização do corpo funcional, introduzindo conceitos e temas relacionados à pessoa com deficiência e desmitificando preconceitos. Exemplos: palestras, depoimentos de pessoas com deficiência, cartazes etc.

Unidade de medida: quantidade de ações de sensibilização

Periodicidade da apuração: anual

PLS-Jud: Preencher

Resultado TRE-SP 2025: 20

2.11 ACpi – Ações de promoção da inclusão

[Voltar ao Sumário](#)

Definição: quantidade de ações realizadas pelo órgão, ou em parceria com outras instituições, voltadas para atividades destinadas às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, excluídas as ações de capacitação (ex: eventos destinados ao lazer, à saúde e à cultura)

Unidade de medida: ações

Periodicidade da apuração: anual

PLS-Jud: Preencher

Resultado TRE-SP 2025: 93

2.12.1 QCT – Quantidade total de contratos que envolvam atendimento ao público externo

Definição: é a quantidade total de contratos que envolvam atendimento ao público externo.

Unidade de medida: contratos

Periodicidade da apuração: anual

Resultado TRE-SP 2025: 6

2.12.2 QCLibras – Quantidade de contratos que envolvam atendimento ao público externo providos por pessoas aptas na comunicação em Libras

Definição: é a quantidade de contratos que envolvam atendimento ao público externo providos por pessoas aptas na comunicação em Libras.

Unidade de medida: contratos

Periodicidade da apuração: anual

Resultado TRE-SP 2025: 1

2.12.3 QCont.Libras - Proporção de contratos que envolvam atendimento ao público externo providos por pessoas aptas na comunicação em Libras em relação ao total de contratos no período-base

Definição: quantidade de contratos que envolvam atendimento ao público externo que possuam mão de obra qualificada para o atendimento à pessoa com surdez. Exemplos: contratos de recepcionista, segurança, brigadista e outros que prestam atendimento ao público externo.

Fórmula: $QCLibras / Q_{Ct}$

Q_{Ct} – Quantidade total de contratos que envolvam atendimento ao público externo

$QCLibras$ – Quantidade de contratos que envolvam atendimento ao público externo providos por pessoas aptas na comunicação em Libras

Unidade de medida: contratos

Periodicidade da apuração: anual

PLS-Jud: Preencher

Resultado TRE-SP 2025: 16,67%

A definição abaixo está relacionada ao item 2.12.3 informado acima

Não é exigida capacitação de todos os terceirizados, apenas dos que os tribunais considerarem ser necessários. Observamos que o art. 8º da Resolução n. 401 prevê que os contratos que envolvam atendimento ao público devem estar previstos no instrumento de contratação de postos de trabalho a serem ocupados por pessoas aptas em comunicação em Libras.⁵

⁵ <https://www.cnj.jus.br/gestao-da-justica/acessibilidade-e-inclusao/faq-resolucao-401/>

[Voltar ao Sumário](#)

3. ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL

3.1 VAcess – Quantidade de Vídeos Produzidos Com Recursos de Acessibilidade

Definição: quantidade de vídeos produzidos com recursos de acessibilidade (ex: legenda, janela de libras, audiodescrição)

Unidade de medida: vídeos

Periodicidade da apuração: anual

PLS-Jud: Preencher

Resultado TRE-SP 2025: 676

A definição abaixo está relacionada ao item 3.1 informado acima

Considerando o glossário da Resolução n. 401/2021 para a variável “quantidade de vídeos produzidos com recursos de acessibilidade (ex.: legenda, janela de libras, audiodescrição)”, entendemos que vídeos com um recurso de acessibilidade podem ser considerados na variável, apesar de sabermos que nestes casos o vídeo é apenas parcialmente acessível.

Não são consideradas como recurso de acessibilidade as legendas automáticas, visto não serem trabalhadas com o objetivo de narrar tudo o que acontece no vídeo, além de serem imprecisas e haver vários erros.⁶

3.2 MAcess - Quantidade de matérias jornalísticas disponibilizadas em formato acessível

⁶ <https://www.cnj.jus.br/gestao-da-justica/acessibilidade-e-inclusao/faq-resolucao-401/>

[Voltar ao Sumário](#)

Definição: quantidade de matérias jornalísticas disponibilizadas no site do órgão do Poder Judiciário em formato acessível (ex: descrição para as imagens que transmitem conteúdo, descrição de links com texto

explicativo, alternativas para áudio e vídeo: legenda, transcrição textual, Libras, audiodescrição)

Unidade de medida: matérias jornalísticas

Periodicidade da apuração: anual

PLS-Jud: Preencher

Resultado TRE-SP 2025: 416

A definição abaixo está relacionada aos itens 3.1 e 3.2 informados acima

O CNJ não faz recomendações de recurso específico para legendagem. No entanto, ressalta-se que as legendas devem ser elaboradas com o intuito de atender às diversas necessidades existentes, de forma a facilitar o entendimento por um deficiente auditivo e por um deficiente visual, por exemplo:

- A legenda para o deficiente auditivo deve fornecer informações sobre os ruídos (barulho) do ambiente da cena;
- Para o deficiente visual, o que acontece no vídeo necessita ser descrito por meio da audiodescrição, a não ser que a legenda seja falada;
- Alguns deficientes visuais necessitam de legenda ampliada, com variação de cores e tonalidades.

Por isto, em um primeiro momento, caso o evento ou vídeo possua pelo menos um recurso de acessibilidade, ele será considerado acessível para fins de apuração dos indicadores do anexo da Resolução n. 401, observando-se que, se um vídeo comportar várias versões com recursos distintos, ele continuará contando como apenas um vídeo.

[Voltar ao Sumário](#)

Por fim, este conceito atual poderá ser modificado conforme se avance na compreensão do tema pelo Judiciário, em uma eventual revisão da Resolução n. 401.⁷

Conheça as orientações sobre o Indicador 3.2 MAcess – Quantidade de matérias jornalísticas disponibilizadas em formato acessível, da Resolução CNJ n. 401/2021.

3.3. A ouvidoria da instituição disponibiliza formas de comunicação alternativas acessíveis para atendimento ao público com deficiência?

(X) sim, quais?

() não

Resultado TRE-SP 2025: Sim

Detalhamento:

A Ouvidoria disponibiliza os seguintes canais de atendimento acessíveis:

Atendimento telefônico disponível a deficientes visuais por meio do Disque eleitor 148, equipado com Unidade de Resposta Audível - URA, 24 horas por dia. Além de atendimento humano nos dias úteis, das 9 às 18 horas.

O formulário eletrônico da Ouvidoria e o formulário eletrônico de Pedidos de Informação hospedados no site do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, possuem acessibilidade, uma vez que está disponível no site deste Tribunal a ferramenta assistiva "Rybená".

A ferramenta Rybená é um recurso de tecnologia assistiva que permite traduzir textos da Língua Portuguesa para a Língua Brasileira de Sinais (Libras), podendo auxiliar na comunicação durante o atendimento de pessoas surdas ou com deficiência auditiva.

⁷ <https://www.cnj.jus.br/gestao-da-justica/acessibilidade-e-inclusao/faq-resolucao-401/>

[Voltar ao Sumário](#)

Importante mencionar que a referida ferramenta poderá auxiliar também pessoas com deficiência visual ou intelectual, idosos, disléxicos e outras pessoas com dificuldade de leitura e de compreensão de textos, uma vez que é capaz de traduzir textos para voz.

Além disso, esclarece-se que os mencionados formulários disponíveis no site do TRE-SP são acessíveis para softwares leitores de tela, estando preparados para receber reclamações, denúncias, elogios, sugestões, solicitações e pedidos de informação.

3.4.1 - QEAc - Quantidade de eventos com acessibilidade comunicacional

Entende-se por “evento” (presenciais ou online): acontecimento organizado com objetivos institucionais (ex: cerimônia, solenidade, encontro, conferência, congresso, palestra, convenção, simpósio, seminário, fórum, oficina, workshop, live).

Não devem ser computados no indicador eventos ou acontecimentos ordinários, como sessões plenárias.

Resultado TRE-SP 2025: 40

3.4.2 – QEt – Quantidade de eventos total

Definição: quantidade total de eventos que a Unidade realizou no ano, somando-se a QUANTIDADE DE EVENTOS COM ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL + QUANTIDADE DE EVENTOS SEM ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL.

Unidade de medida: eventos

Periodicidade da apuração: anual

Resultado TRE-SP 2025: 64

3.4.3 Proporção de eventos, presenciais ou a distância, promovidos pela instituição disponibilizados por meios de comunicação acessível em relação a quantidade de eventos totais

[Voltar ao Sumário](#)

Definição: proporção de eventos promovidos pelo órgão contendo comunicação acessível para pessoas com deficiência em relação a todos os eventos promovidos no ano base.

Fórmula: QEAc / QEt

QEAc - Quantidade de eventos com acessibilidade comunicacional

QEt - Quantidade de eventos total

Unidade de medida: eventos

Periodicidade da apuração: anual

PLS-Jud: Preencher

Resultado TRE-SP 2025: 63%

A definição abaixo está relacionada aos itens 3.3 e 3.4 informados acima

O critério para haver comunicação acessível seria ter pelo menos um recurso de acessibilidade no evento presencial ou à distância.

O termo “acessibilidade comunicacional” da Portaria do Prêmio CNJ de Qualidade refere-se aos “meios de comunicação acessível” da Resolução n. 401. Portanto, ambos se referem aos mesmos elementos e critérios.

Eventuais inclusões ou modificações nos indicadores ou glossário da Resolução n. 401 serão informados aos tribunais.⁸

4. ACESSIBILIDADE TECNOLÓGICA

4.1 O órgão utiliza programas para avaliar o nível de acessibilidade do seu site e de seus links?

⁸ <https://www.cnj.jus.br/gestao-da-justica/acessibilidade-e-inclusao/faq-resolucao-401/>

[Voltar ao Sumário](#)

Definição: Informar se usa programas que detectam o código HTML e analisam seu conteúdo, verificando se está ou não em acordo com o conjunto das regras estabelecidas sobre acessibilidade digital.

(X) sim, quais?

() não

Resultado TRE-SP 2025: Sim

São utilizados os programas AMAWeb e AcessMonitor.

4.2 O órgão fornece alguma tecnologia assistiva que permita o uso de computadores por pessoa com deficiência visual, acentuada ou total?

Definição: Informar se o órgão oferece ao público interno e/ou externo tecnologias assistivas, tais como programa de leitor de tela, para possibilitar a utilização de computadores.

Selecione mais de uma opção, se houver:

(X) programa leitor de tela;

(X) aplicativos associados a programas sintetizadores de voz;

(X) ferramenta de contraste;

(x) programa de ampliação de tela;

(x) outros programas; ou

() não fornece nenhum programa.

Resultado TRE-SP 2025: SIM

4.3 O órgão fornece algum programa para pessoas com deficiência (público interno e/ou externo) para uso nos aplicativos de videoconferência?

[Voltar ao Sumário](#)

Definição: Informar se o órgão oferece ao público interno e/ou externo tecnologias assistivas para possibilitar o uso de aplicativos de videoconferência.

(X) sim, quais?

() não fornece

São utilizados os programas Zoom e Google Meet.

Nome da Ferramenta	Tipo de tecnologia assistiva
ZOOM (Deficiência auditiva)	Legendas Automáticas (Live Captions): O Zoom possui um recurso de inteligência artificial que gera legendas em tempo real. O anfitrião (host) precisa ativar essa função, e os participantes podem escolher o idioma (o português já é suportado). Transcrição Completa: Além das legendas na parte inferior da tela, é possível abrir uma barra lateral que mostra a transcrição completa da reunião, permitindo que o usuário "volte" no texto caso tenha perdido algo. Interpretação de Libras (Visualização Dedicada): O Zoom possui um recurso específico para intérpretes de linguagem de sinais. Isso permite que o vídeo do intérprete fique em um canal dedicado, garantindo que ele esteja sempre visível para quem precisa, sem obstruir a apresentação para os demais.
ZOOM (Deficiência visual)	Suporte a Leitores de Tela: O Zoom é compatível com os principais leitores de tela do mercado, como NVDA, JAWS (Windows), VoiceOver (iOS/Mac) e TalkBack (Android). Alertas de Áudio Customizáveis: O sistema emite avisos sonoros para eventos importantes, como "a gravação iniciou", "alguém entrou na sala" ou "seu microfone está mudo". Ajuste de Tamanho de Fonte: É possível aumentar o tamanho da fonte do bate-papo (chat) e das legendas nas configurações de acessibilidade, facilitando a leitura para quem tem baixa visão. Alto Contraste: O aplicativo respeita as configurações de alto contraste do sistema operacional (Windows/Mac)
ZOOM (Deficiência Motora - Mobilidade Reduzida)	Navegação por Teclado: É possível navegar por todas as barras de ferramentas e janelas usando apenas a tecla Tab e as setas direcionais. Atalhos de Teclado (Hotkeys): O Zoom permite a criação e edição de atalhos globais. Isso significa que você pode controlar o Zoom mesmo se estiver em outra janela.
Google Meet (Deficiência auditiva)	Legendas Instantâneas (Live Captions): As legendas do Google são geradas ao vivo e são conhecidas pela alta precisão. Elas identificam quem está falando e

	mostram o texto na parte inferior. Legendas Traduzidas (Recurso Premium): Em algumas versões pagas (Workspace), o Meet pode traduzir o que é falado em inglês (ou outros idiomas) para o português em tempo real nas legendas. Fixar Múltiplos Vídeos (Multipim): O Meet permite fixar (pin) mais de um vídeo na tela. Isso é crucial para que o usuário possa ver a apresentação e o intérprete de Libras lado a lado, em tamanho grande.
Google Meet (Deficiência visual)	Compatibilidade Total com Leitores de Tela: Funciona nativamente com ChromeVox (Chromebooks), NVDA, JAWS e VoiceOver. O Google otimiza a interface para que os botões (como "sair da chamada" ou "mutar") sejam lidos claramente. Anunciantes de Eventos: O sistema avisa por áudio quando alguém entra na sala, sai da sala ou quando alguém escreve algo no chat (o leitor de tela lê a mensagem). Ampliação de Tela: Como roda no navegador, você pode usar o zoom do próprio Chrome (Ctrl + ou Command +) para aumentar toda a interface, botões e textos, sem quebrar o layout da reunião.
Google Meet (Deficiência Motora - Mobilidade Reduzida)	Navegação por Tabulação: A interface é linear. Ao pressionar Tab, o foco percorre os botões principais de forma lógica (Microfone -> Câmera -> Legendas -> Opções). Atalhos de Teclado Universais: O Google padronizou atalhos simples. como: Ctrl + D (ou Command + D no Mac): Ligar/Desligar Microfone. Ctrl + E (ou Command + E no Mac): Ligar/Desligar Câmera. Push-to-Talk (Pressionar para Falar): Se você estiver no mudo, pode apenas segurar a Barra de Espaço para falar brevemente. Ao soltar, o microfone volta a ficar mudo (ótimo para quem tem dificuldade em ficar clicando no botão pequeno de microfone).

Análise crítica dos resultados:

A Gestão por Resultados no serviço público é ponto central na análise de efetividade das políticas públicas, em especial com o advento da Administração Pública Gerencial.

Dessa forma, é fundamental que haja um olhar crítico sobre os indicadores de desempenho que mensuram o grau de atingimento dos objetivos traçados para essas políticas. Especificamente no que tange à Política de Acessibilidade do Poder Judiciário, que disciplina este relatório, embora os indicadores de desempenho não sejam acompanhados da definição de metas, o que impede, a princípio, um olhar técnico acerca do desempenho dos temas de acessibilidade, a análise da série histórica

[Voltar ao Sumário](#)

desses indicadores mostra uma evolução constante da gestão da acessibilidade no TRE-SP, por meio da aplicação da Política definida pela Res. CNJ nº 401/2021.

Nessa linha, nota-se que a aplicação da Política de Acessibilidade vem obtendo êxito neste Regional. Buscando a melhoria contínua no que tange a este tema, o TRE-SP publicará, oportunamente, o Plano de Acessibilidade Anual para 2026, que buscará ampliar ainda mais a efetividade na aplicação das políticas de acessibilidade e da gestão da acessibilidade.

Por fim, aponta-se que a construção das atividades futuras leva em conta também a análise dos indicadores que atualmente são monitorados pela Res. CNJ nº 401/2021, buscando, assim, otimizar esforços, por meio da aplicação de recursos em pontos que mais necessitam de aperfeiçoamento.

Detalhamento das tecnologias assistivas em uso no TRE-SP:

(x) programa leitor de tela;

Detalhamento:
NVDA
JAWS

(x) aplicativos associados a programas sintetizadores de voz;

Detalhamento:
NVDA
JAWS

[Voltar ao Sumário](#)

(x) ferramenta de contraste;

Detalhamento:
Alto Contraste (Nativo do Windows)

(x) programa de ampliação de tela;

Detalhamento:
Lupa (Windows)
Zoom do Navegador

(x) outros programas;

Detalhamento:
Narrador
Ditado do Windows
Adobe Acrobat Pro 2020

- **Ferramenta de aumento do tamanho das fontes na intranet;**

Detalhamento:
Fonte

[Voltar ao Sumário](#)

- Ferramenta de aumento do tamanho das fontes na intranet;

Detalhamento:
Tema

Além dos programas acima elencados, na página de Transparência e Prestação de Contas do TRE-SP na internet, em Tecnologia da Informação e Comunicação, Painel de informações relacionadas à Tecnologia da Informação e Comunicação, os dados são apresentados de forma acessível para pessoas com redução de capacidade para diferenciar cores:

<https://apps.tre-sp.jus.br/PainelGovernancaTIC/>

Detalhamento dos indicadores que poderão contribuir para o atingimento dos requisitos previstos no art. 9º, XII, do Prêmio CNJ de Qualidade – Edição 2026 (Portaria CNJ n. 471/2025)

Capacitação (25 pontos):

a) realizar ação de capacitação nas temáticas de acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência (5 pontos)

Resposta TRE-SP: 20 ações

Detalhamento das ações de capacitação:

Quantidade de ações	Curso	Carga horária	Quantidade de vagas ofertadas	Data da realização	Capacitados	Quantidade de magistrados capacitados	Conteúdo programático
1	2025 - Acessibilidade e inclusão	20h	40 alunos por turma	6/5/2025 (turma 1) 2/6/2025 (turma 2)	1	1	-
2	Curso "Liderança Inclusiva: Fomentando a Diversidade, Equidade e Inclusão"	10h	Ilimitada	21/07 a 27/08	117	-	Introdução Fundamentos da Liderança Inclusiva Diversidade, Equidade e Inclusão no Cotidiano do TRE Vieses Inconscientes nas Decisões e Práticas Institucionais Inclusão e Acolhimento no Atendimento Público Compromisso Institucional com a Cultura Inclusiva Conclusão e encerramento
3	Curso "Liderança Inclusiva: Fomentando a Diversidade, Equidade e Inclusão"	10h	Ilimitada	13/10 a 25/11	15	-	Introdução Fundamentos da Liderança Inclusiva Diversidade, Equidade e Inclusão no Cotidiano do TRE Vieses Inconscientes nas Decisões e Práticas Institucionais Inclusão e Acolhimento no Atendimento Público Compromisso Institucional com a Cultura Inclusiva Conclusão e encerramento
4	Linguagem Inclusiva: Comunicação no Século 21	8h	Ilimitada	17/03 a 14/05	399	-	Conceitos iniciais Linguagem inclusiva de gênero Mais inclusão Conclusão

Quantidade de ações	Curso	Carga horária	Quantidade de vagas ofertadas	Data da realização	Capacitados	Quantidade de magistrados capacitados	Conteúdo programático
5	Linguagem Inclusiva: Comunicação no Século 21	8h	Ilimitada	04/08 a 23/09	192	-	Conceitos iniciais Linguagem inclusiva de gênero Mais inclusão Conclusão
6	Linguagem Inclusiva: Comunicação no Século 21	8h	Ilimitada	18/08 a 09/12	84	-	Conceitos iniciais Linguagem inclusiva de gênero Mais inclusão Conclusão
7	UFRGS - COMUNICAÇÃO PARA TODOS: RECURSOS E FERRAMENTAS DE ACESSIBILIDADE	20h	Ilimitada	01/01 a 31/12	0	-	Módulo 1 – Conhecendo as Diferenças Módulo 2 – Audiodescrição Módulo 3 – Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS Módulo 4 – Legendas para Surdos e Ensurdecidos - LSE
8	ENAP - ÉTICA E CIDADANIA - ACESSIBILIDADE EM ESPAÇOS EDIFICADOS DE USO PÚBLICO	20h	Ilimitada	01/01 a 31/12	2	-	Módulo 1: Diretrizes Gerais de Acessibilidade em Edifícios Públicos. Módulo 2: Diretrizes Específicas de Acessibilidade em Edifícios Públicos. Módulo 3: Sanitários, Banheiros e Vestiários.
9	ENAP - ÉTICA E CIDADANIA - ACESSIBILIDADE EM ESPAÇOS DE USO PÚBLICO NO BRASIL	20h	Ilimitada	01/01 a 31/12	42	-	Módulo 1 - Sobre as lutas por inclusão das pessoas com deficiência. Módulo 2 - Sobre espaços humanos, deficiências e atividades. Módulo 3 - Sobre acessibilidade e atuação profissional.
10	ENAP - ÉTICA E CIDADANIA	40h	Ilimitada	01/01 a 31/12	2	-	Módulo 1 – Introdução à audiodescrição

Quantidade de ações	Curso	Carga horária	Quantidade de vagas ofertadas	Data da realização	Capacitados	Quantidade de magistrados capacitados	Conteúdo programático
	- INTRODUÇÃO À AUDIODESCRIÇÃO						Módulo 2 – Técnicas de audiodescrição aplicadas à internet e sites Módulo 3 – Audiodescrição na cultura Módulo 4 – Audiodescrição em livros e publicações curtas Módulo 5 – Comunicação acessível
11	ENAP - ÉTICA E CIDADANIA - INTRODUÇÃO À LIBRAS	60h	Ilimitada	01/01 a 31/12	13	-	1 Surdez e sociedade 1.1 Causas, descoberta e graus de perda auditiva 1.2 Perspectiva ouvintista e socioantropológica 1.3 Legislação sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras) 1.4 Comunicação com surdos 1.5 Identidade e cultura surda 2 Prática de Libras: primeiro contato, alfabeto manual e pronomes pessoais 3 Prática de Libras: expressões faciais e família 4 Prática de Libras: calendário e números em Libras 5 Prática de Libras: casas e cômodos 6 Prática de Libras: meios de transporte 7 Prática de Libras: animais e classificadores 8 Prática de Libras: profissões

Quantidade de ações	Curso	Carga horária	Quantidade de vagas ofertadas	Data da realização	Capacitados	Quantidade de magistrados capacitados	Conteúdo programático
12	ENAP - LINGUAGEM SIMPLES APROXIMA O GOVERNO DAS PESSOAS. COMO USAR?	20h	Ilimitada	01/01 a 31/12	10	-	MÓDULO 1 - Conheça a Linguagem Simples MÓDULO 2 - Use a Linguagem Simples MÓDULO 3 - Compartilhe a Linguagem Simples
13	ENAP - PRIMEIROS PASSOS PARA USO DE LINGUAGEM SIMPLES	8h	Ilimitada	01/01 a 31/12	23	-	A linguagem simples e o modelo de escrita Comunica Simples É preciso ter empatia na hora de escrever um texto A hierarquia das informações faz diferença As palavras do texto precisam ser conhecidas As palavras concretas têm preferência Use e abuse das frases curtas Nunca se esqueça da ordem direta Faça sempre um diagnóstico
14	Fundação Bradesco - EDUCAÇÃO INCLUSIVA	20h	Ilimitada	01/01 a 31/12	4	-	Módulo 1 – Conceitos e reflexões sobre educação inclusiva; Módulo 2 – Aprendizagem para todos os estudantes; Módulo 3 – Ressignificando a prática na educação inclusiva; Módulo 4 – Desenvolvimento dos estudantes: transtorno do espectro autista e deficiência intelectual.
15	W3C e UNESCO - Introduction	20h	Ilimitada	01/01 a 31/12	0	-	Assistive Technology Cooperation

Quantidade de ações	Curso	Carga horária	Quantidade de vagas ofertadas	Data da realização	Capacitados	Quantidade de magistrados capacitados	Conteúdo programático
	to Web Accessibility (em Inglês)						Information Technology International Standards Rich Internet Application User Experience Web Accessibility Web Accessibility Initiative Web Content Accessibility Guidelines
16	ENAP - EMAG Desenvolvedor	30h	Ilimitada	01/01 a 31/12	0	-	1 Acessibilidade na Web 1.1 Tipos de deficiências 1.2 Uso de Tecnologias Assistivas 2 Diretrizes de acessibilidade 2.1 Desenvolvimento de conteúdos acessíveis na Web 2.2 Avaliação de acessibilidade 2.3 Apresentação de recursos e ferramentas
17	ENAP - EMAG Conteudista	20h	Ilimitada	01/01 a 31/12	0	-	1 Acessibilidade na Web 1.1 Tipos de deficiências 1.2 Uso de Tecnologias Assistivas 2 Diretrizes de acessibilidade 2.1 Desenvolvimento de conteúdos acessíveis na Web 2.2 Avaliação de acessibilidade 2.3 Apresentação de recursos e ferramentas

Quantidade de ações	Curso	Carga horária	Quantidade de vagas ofertadas	Data da realização	Capacitados	Quantidade de magistrados capacitados	Conteúdo programático
18	ENAP - Fotografia e audiovisual para produção de Janelas de LIBRAS	20h	Ilimitada	01/01 a 31/12	1	-	Módulo 1 – Acessibilidade; Módulo 2 – Padrões e Técnicas para Acessibilidade Audiovisual; Módulo 3 – Técnicas para Captação e Edição de Janelas de LIBRAS.
19	ENAP - Acessibilidade de na Comunicação	30h	Ilimitada	01/01 a 31/12	15	-	Módulo 1: Conceito biopsicossocial, terminologia e demografia da pessoa com deficiência; Módulo 2: Legislação e atribuições dos gestores na comunicação acessível; Módulo 3: Recursos e técnicas de acessibilidade na comunicação; Módulo 4: Exemplos e práticas de comunicação acessível.
20	1º Curso de Formação de Instrutores do Programa de Capacitação e Conscientização da Polícia Judicial Amiga dos Autistas	21h	Ilimitada	2 turmas, nos meses de maio e junho de 2025, presencial	23	-	

b) percentual de servidores(as) capacitados(as) nas temáticas de acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência igual ou maior que 10,00%, calculado pela relação: $(QS1 + QS2) / \text{Serv}$ (10 pontos);

Resposta TRE-SP: 19,73%

[Voltar ao Sumário](#)

c) percentual de magistrados(as) capacitados(as) nas temáticas de acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência igual ou maior que 7,0% (10 pontos)

Resposta TRE-SP: menos de 1%

Observação: Ressalta-se que os dados apresentados neste detalhamento constituem uma estimativa preliminar de desempenho referente ao art. 9º, XII, do Prêmio CNJ de Qualidade – Edição 2026 ([Portaria CNJ n. 471/2025](#)). É importante destacar que o presente relatório contempla apenas as ações realizadas no ano de 2025, estando os índices finais sujeitos a alterações, uma vez que o cálculo definitivo do CNJ considerará:

- Item (a): Capacitações realizadas entre 1º/08/2025 e 31/07/2026;
- Item (b): Capacitações de servidores(as) realizadas entre 1º/01/2025 e 31/07/2026;
- Base de Cálculo: Quantidade de magistrados(as) e servidores(as) ativos em 31/07/2026, conforme dados do MPM informados até 30/08/2026.

Nota de Excepcionalidade: A premiação de 2026 adotará, excepcionalmente, o período de referência de 19 meses para a capacitação de servidores e servidoras. Essa medida visa o estabelecimento do número de horas-aula e o alinhamento com o período-base utilizado na medição da capacitação de magistrados e magistradas.